log-in. logística intermodal
LOGN3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

CNPJ 42.278.291/0001-24 - NIRE nº 3.330.026.074-9
Av. General Justo, 375, 6º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.021-130
www.loginlogistica.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Log-In Logística Intermodal S.A. Prezados Acionistas, A Diretoria da Log-In Logística Intermodal S.A. (Log-In), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Todas as informações apresentadas neste Relatório da Administração, exceto quando indicado de outra forma, são expressas em moeda corrente nacional (Reais ou R$) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Mensagem da Administração:** A Log-In obteve sucesso nas metas traçadas para o ano de 2017. A Companhia solucionou questões que traziam elevadas incertezas para o negócio e avançou com as medidas de reestruturação iniciadas no ano anterior. Como resultado, a Companhia capturou ganhos do projeto de otimização, avançou na adequação do fluxo de amortização de dívidas à geração de caixa, obteve a liberação de processos atrasados e recebimentos tempestivos de AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) e definiu um novo plano de investimentos para a construção naval, mitigando substancialmente os riscos e trazendo previsibilidade para o planejamento de sua frota. O EBITDA Ajustado totalizou R$ 73,2 milhões em 2017, superior em R$ 91,1 milhões ao valor de R$ -17,9 milhões registrado em 2016, principalmente, devido à captura dos resultados da reestruturação, com melhor desempenho em todos os negócios que atua: Navegação Costeira, Terminal de Vila Velha (TVV) e Terminais Intermodais. No quarto trimestre de 2017, foram atingidos números importantes em termos históricos. Considerando operações continuadas, a Log-In obteve sua maior Receita Líquida histórica (R$ 255,7 milhões) e os maiores EBITDA Ajustado (R$ 34,4 milhões) e Margem EBITDA Ajustada (13,4%) dos últimos três anos. O crescimento dos volumes no trimestre, somado às otimizações resultantes do processo de reestruturação, permitiram à Log-In alcançar importante expansão das margens. Em relação ao novo plano para a construção naval, destacamos abaixo as principais iniciativas tomadas ao longo de 2017, que reduziram a incerteza quanto à execução dos investimentos e permitiram um planejamento consistente da frota para os próximos anos: • Em julho de 2017, a Log-In rescindiu o contrato relacionado ao projeto de construção de navios sob encomenda a estaleiro nacional, que se encontrava em recuperação judicial e constituiu provisão para perdas estimadas dos ativos que estavam em construção (cascos EI-506, EI-507 e EI-508). • Aquisição do navio porta-contêiner, Log-In Resiliente. A embarcação, com capacidade nominal de 2.700 TEU, entrou em operação no mês de setembro substituindo o Log-In Amazônia (1.700 TEU), comercializado em junho de 2017. • Em novembro de 2017, em resposta à descontinuidade do projeto de construção naval, a Log-In firmou acordo para compra de navio porta-contêiner (Log-In Polaris), com capacidade nominal de 2.700 TEU, que está sendo construído em estaleiro situado na China e tem previsão de ser concluído até abril de 2019. Além dos desafios elencados acima, vale destacar que, ainda no ano de 2017, a Log-In superou a pressão de investimentos e custos relacionados a um intenso ciclo de docagens plurianuais que incluiu três navios (Log-In Jacarandá, Log-In Jatobá e Log-In Pantanal). Como estas docagens são realizadas a cada cinco anos, a Companhia não terá os gastos decorrentes deste processo nos próximos anos, sendo que a próxima docagem será a do Log-In Resiliente que está prevista para 2021. A Log-In deu continuidade aos esforços para renegociação de suas dívidas e, em 10 de novembro de 2017, chegou a entendimentos para reestruturação de suas dívidas financeiras com o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. Foi repactuado um saldo de financiamentos no montante aproximado de R$ 490 milhões, alongando o prazo final de vencimento de maio de 2021 para maio de 2023 e ampliando de 20% para 60% do principal a amortização a ser realizada apenas no prazo final, em maio de 2023. O empenho para garantir melhores condições para o pagamento de dívidas é constante, portanto, vale informar também, como evento subsequente ao resultado, o reescalonamento de dívidas junto ao BNDES, que desloca o montante aproximado de R$ 55 milhões, que venceriam entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020, para o período compreendido de janeiro de 2021 a junho de 2031. Com esta renegociação, a Log-In avança, consideravelmente, na readequação do perfil de sua dívida, equilibrando a geração de caixa com suas obrigações financeiras. **Performance Operacional e Financeira: Volumes: Navegação:** O volume na Navegação (Cabotagem, Mercosul e *Feeder*) atingiu 322,5 mil TEU transportados em 2017, 3,9% superior aos 310,3 mil TEU no ano de 2016, principalmente devido ao aumento de volumes no segmento *Feeder* que totalizou 185,4 mil TEU, crescendo, 10,1% em relação a 2016. Nas atividades no Mercosul, os volumes foram de 28,1 mil TEU, 2,1% superior a 2016. Já a Cabotagem totalizou 109,0 mil TEU, frente a 114,5 mil TEU no mesmo período do ano anterior. **Terminal de Vila Velha (TVV):** Em 2017, o terminal movimentou 195,5 mil TEU, um volume 5,8% superior aos 184,8 mil TEU registrados em 2016, com crescimento de 2,6% na movimentação de contêineres cheios e de 12,8% na movimentação de contêineres vazios. Considerando apenas a movimentação de contêineres cheios na importação, houve crescimento de 8,3%, enquanto a movimentação de contêineres cheios nas exportações caiu 2,0%. Apesar da fraca atividade econômica em 2017, houve leve recuperação e aumento do volume de importações em relação ao ano anterior. **EBITDA:** O EBITDA Ajustado totalizou R$ 73,2 milhões em 2017, superior em R$ 91,1 milhões ao valor de R$ -17,9 milhões registrado em 2016, principalmente, devido à captura dos resultados da reestruturação, com melhor desempenho em todos os negócios que atua: Navegação Costeira, Terminal de Vila Velha (TVV) e Terminais Intermodais. Os valores ajustados ao EBITDA de 2017 correspondem, principalmente, à constituição de provisão para perdas estimadas de ativos em construção (*Impairment*), no valor de R$ 502,9 milhões, em função da rescisão do contrato de construção naval com estaleiro nacional. O saldo se refere ao saldo líquido de imobilizações em curso (cascos EI-506, EI-507 e EI-508) naquele estaleiro. Em 2016, o principal valor ajustado se refere do valor de R$ 234,6 milhões correspondente a ganho na venda de contrato para transporte de bauxita e dos dois navios graneleiros que o operavam. Sem os ajustes, o EBITDA monta o saldo de R$ -442,7 milhões em 2017 e de R$ 259,5 milhões no ano anterior. O EBITDA Navegação (ex-AFRMM e Veículos) totalizou R$ 39,0 milhões, 284,4% superior ao montante de R$ 10,2 milhões em 2016, principalmente, devido à captura de ganhos com o projeto de otimização operacional e com a simplificação organizacional da Companhia. **Receita:** Em 2017, a Receita Bruta totalizou R$ 953,2 milhões, superando em 9,3% o montante de R$ 872,3 milhões verificado no ano anterior, principalmente devido à maior atividade no transporte de veículos em navios, o crescimento da movimentação no Terminal de Vila Velha e o maior volume de cargas na modalidade *Feeder* da Navegação. A operação de transporte de veículos é representativa tanto na receita, quanto no custo da Companhia. Em 2017, esta operação apresentou Receita Bruta de R$ 215,2 milhões. **Custos:** Os Custos totalizaram R$ 797,1 milhões em 2017, 0,1% menor que o montante de R$ 798,0 milhões, verificado em 2016, em função do sucesso das iniciativas de racionalização de custos. Deste montante, o custo com afretamento de navios (*Ro-Ro*) para transporte de veículos totalizou R$ 205,9 milhões. **Lucro Bruto:** O Lucro Bruto de 2017 montou R$ 75,0 milhões, frente a R$ -4,0 milhões registrados em 2016. O crescimento reflete, principalmente, a expansão das margens verificada em todos os negócios da Companhia. **Receitas (Despesas) Operacionais:** Em 2017, as Receitas (Despesas) Operacionais totalizaram um saldo de despesas de R$ -499,7 milhões, contra o saldo de receitas no montante de R$ 174,7 milhões em 2016. A variação é explicada, principalmente, pelo efeito do reconhecimento de perdas referentes a ativos em construção (*Impairment*) no montante de R$ 502,9 milhões em 2017 e pelos ganhos com a alienação da operação de Granel, de R$ 234,6 milhões em 2016. **Resultado Financeiro:** O Resultado Financeiro contabilizou despesa de R$ 153,2 milhões em 2017. O saldo é composto por: receitas financeiras de R$ 65,5 milhões, despesas financeiras de R$ 220,0 milhões e variações monetárias e cambiais que montaram um saldo positivo de R$ 1,3 milhão. As Receitas Financeiras são compostas por R$ 55,7 milhões referentes a ganhos com operações de *swap* cambial incidentes sobre financiamentos, R$ 2,8 milhões de rendimentos em aplicações financeiras e R$ 7,0 milhões de outras receitas. As Despesas Financeiras são compostas por R$ 110,3 milhões referentes a financiamentos de embarcações, R$ 77,6 milhões com operações de *swap* incidentes sobre financiamentos, R$ 12,5 milhões referente a juros, comissões e tarifas bancárias, R$ 19,5 milhões com outras despesas. As variações monetárias e cambiais apresentaram um efeito líquido negativo de R$ 1,3 milhão. Este montante é composto por reversões de variação cambial no valor de R$ 3,4 milhões sobre financiamentos de longo prazo indexados ao Dólar Americano (R$ 3,3080 em 31/12/2017 e R$ 3,2591 em 31/12/2016), assim detalhado: (i) para a construção de embarcações (R$ 1,3 milhões referente aos navios em operação e de R$ 2,5 milhões correspondentes aos navios em construção em face do CPC 20); e (ii) reversão de despesas no montante de R$ 7,2 milhões em operações de *swap* cambial incidentes sobre financiamentos de capital de giro. Além disso, há o saldo negativo de R$ 4,7 milhão, referentes a variações cambiais de contas a receber, fornecedores e outros. Cabe ressaltar que parcela substancial do impacto cambial é contábil e não caixa, pois os financiamentos para construção dos navios obtidos junto ao BNDES/FMM têm prazo contratado de amortização até 2034. **Resultado Líquido:** O Resultado Líquido consolidado em 2017 montou saldo de R$ -606,9 milhões frente ao resultado de R$ 94,1 milhões no ano anterior. A variação é explicada, principalmente, por efeitos não recorrentes relacionados ao reconhecimento de perdas com ativos em construção (*Impairment*) no montante de R$ 502,9 milhões em 2017 e pelos ganhos com a alienação da operação de Granel de R$ 234,6 milhões em 2016. **Investimentos:** Em 2017, os investimentos totalizaram R$ 77,4 milhões. Entre os principais fluxos de investimento, está o valor de R$ 27,6 milhões, referente às docagens plurianuais (a cada cinco anos) de três navios porta-contêineres, o desembolso de R$ 20,8 milhões para construção do navio Log-In Polaris em estaleiro na China e o valor de R$ 16,5 milhões relacionado a *swap* de navios. • Em julho de 2017, a Log-In rescindiu o contrato relacionado ao projeto de construção de navios sob encomenda a estaleiro nacional, que se encontrava em recuperação judicial e constituiu provisão para perdas estimadas para os ativos que estavam em construção (cascos EI-506, EI-507 e EI-508). • O navio porta-contêiner, Log-In Resiliente, com capacidade nominal de 2.700 TEU, foi adquirido em setembro de 2017 e substituiu o Log-In Amazônia (1.700 TEU), comercializado em junho de 2017. • A Log-In conta, em sua frota própria, com os porta-contêineres Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá, construídos em estaleiro nacional e os navios Log-In Pantanal e Log-In Resiliente, adquiridos no exterior. • Está em andamento no estaleiro *Guangzhou Wenchong Shipyard*, situado na China, a construção do navio Log-In Polaris. O navio tem conclusão prevista para ocorrer até abril de 2019 e o investimento é de aproximadamente USD 28,5 milhões. **Endividamento:** Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida somava R$ 1.218,6 milhões e a dívida bruta montava R$ 1.270,1 milhões, sendo 93% do montante a ser amortizado no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida somava R$ 1.268,3 milhões. Log-In informou, em 10 de novembro de 2017, que chegou a entendimentos para reestruturação de suas dívidas financeiras com o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. O saldo de financiamentos de aproximadamente R$ 490 milhões foi repactuado, de forma que: o prazo final de vencimento foi alongado para maio de 2023, com uma carência para o principal até junho de 2018, sendo que 40% do principal será amortizado em 59 parcelas mensais, e os 60% restantes em uma única parcela em maio de 2023. Nas condições anteriores, o vencimento dessas dívidas seria em maio de 2021 e as amortizações mensais corresponderiam a 80% do principal. Com esta renegociação, a Log-In avança, consideravelmente, na readequação do perfil de sua dívida, equilibrando a geração de caixa com suas obrigações financeiras. O empenho para garantir melhores condições para o pagamento de dívidas é constante, portanto, vale informar também, como evento subsequente ao resultado, o reescalonamento de dívidas junto ao BNDES, que desloca o montante aproximado de R$ 55 milhões, que venceriam entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020, para o período compreendido de janeiro de 2021 a junho de 2031. **Cenário para 2018:** Entendemos que deve haver uma demanda mais aquecida em 2018. Após registrar taxas negativas nos anos de 2014 (-3,0%), 2015 (-8,3%) e 2016 (-6,4%), a atividade industrial avançou 2,5% em 2017 frente ao ano anterior, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esperamos ter um menor volume de custos extraordinários em 2018. A Log-In sofreu muitas movimentações na sua frota, relacionadas aos seguintes eventos pontuais de 2017: conclusão de intenso ciclo de docagens plurianuais, substituição de navios nas operações e gastos substanciais com reparos necessários para a devolução ao armador de navio afretado. A queda da taxa básica de juros e a expectativa de que permaneça em patamares inferiores em 2018 é positiva para a Log-In, pois possui dívidas relevantes que se tornam menos onerosas neste cenário e reduzem a pressão das amortizações sobre o caixa. Com o estágio avançado do processo de reestruturação, foi possível notar ao longo de 2017, que as medidas de eficiência operacional e simplificação da estrutura organizacional reduziram os custos e possibilitaram melhores resultados operacionais frente aos anos anteriores, mesmo sem uma forte retomada da atividade econômica. Entendemos que em um cenário econômico mais aquecido, a exemplo dos resultados do quarto trimestre, o crescimento da demanda pode repercutir em importante expansão das margens dos negócios. No ano de 2018, a Log-In segue com foco, principalmente, para ampliar a captura de ganhos do projeto de reestruturação e de eventual melhora do cenário econômico, ao gerenciamento da liquidez da Companhia e ao estudo de novas fontes de financiamento. **Responsabilidade Social e Saúde, Meio Ambiente e Segurança:** Em 2017 foram desenvolvidas diversas ações internas buscando a sensibilização dos colaboradores para as questões relacionadas à saúde, segurança e ao meio ambiente. Destacaram-se, entre outras ações: a realização da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) a Semana da Saúde, Semana do Meio Ambiente, Treinamento de marítimos e o Programa Olimpíadas em alto mar. O Terminal de Vila Velha (TVV) manteve a certificação ISO 14001 em 2017. Com foco na melhora dos processos e desempenho ambiental o terminal implantou a destinação dos resíduos orgânicos para a compostagem reduzindo em 45,7% os resíduos destinados a aterro sanitário assegurando o avanço no desempenho ambiental da unidade. Foram realizados estudos de melhorias e substituições de tecnologias visando à redução do consumo de energia elétrica e água. Monitoramos também avanços na opacidade da fumaça emitida por veículos e equipamentos movidos a diesel. Através do Programa Fundo Comunidade em Rede que é uma iniciativa da Rede Interamericana de Fundações e Ações Empresariais para o Desenvolvimento de Base - *RedEAmerica*, em aliança com a *Interamerican Foundation - IAF*, foram realizadas atividades de desenvolvimento que envolveu a comunidade localizada no entorno do terminal, através do projeto Rioconhecimento que obteve reconhecimento nas mídias e jornais locais. **Governança Corporativa:** As ações da Log-In são listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, portanto a Companhia tem compromisso em buscar permanentemente o aprimoramento de suas práticas de Governança Corporativa e do seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e empregados, além das demais partes envolvidas com os seus negócios visando à maximização do valor e a perenidade da empresa. **Auditores Independentes:** Ernst & Young Auditores Independentes foi contratada pela Log-In para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Esta empresa de auditoria não prestou, em 2017, serviços não relacionados à auditoria externa. **Agradecimentos:** A Administração da Log-In agradece o apoio de seus acionistas, empregados, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, e a dedicação de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram no exercício de 2017. Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Controladora 2017	Controladora 2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.554	61.370	48.995	54.107
Depósitos retidos	6	13.622	–	10.899	–
Contas a receber de clientes	7	158.549	114.776	110.082	99.658
Contas a receber por alienação de direitos contratuais	12	17.758	112.294	17.758	112.294
Partes relacionadas	8	–	–	26.568	4.505
Estoques		14.466	15.579	10.014	11.598
Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais		4.548	4.714	3.222	4.317
Tributos a recuperar ou compensar	9	37.303	37.384	18.063	17.412
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	5	33.960	77.682	33.960	77.682
Despesas antecipadas		3.147	3.625	1.476	2.564
Outros ativos circulantes		4.195	1.243	2.701	509
Total do ativo circulante		339.102	428.667	283.738	384.646
Não Circulante					
Contas a receber por alienação de direitos contratuais	12	–	18.716	–	18.716
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	–	–	8.549	–
Contas a receber de clientes	7	16.749	16.749	–	–
Tributos a recuperar ou compensar	9	1.824	9.138	1.316	8.330
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	5	17.695	77.441	17.695	77.441
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	138.880	90.799	115.376	70.329
Depósitos judiciais	18	33.560	28.431	28.363	24.396
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	14, 24	–	(18.515)	–	(18.515)
Outros ativos não circulantes		7.002	6.368	–	–
Investimentos	11	5	5	136.915	161.958
Imobilizado	13	562.224	1.147.774	363.340	946.627
Intangível	13	54.949	52.146	47.014	43.325
Total do ativo não circulante		832.888	1.429.052	718.568	1.332.607
Total do Ativo		1.171.990	1.857.719	1.002.306	1.717.253

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Controladora 2017	Controladora 2016
Passivo					
Circulante					
Parcela do circulante dos financiamentos e empréstimos de longo prazo	14	70.534	104.378	53.906	77.696
Obrigações com debêntures	15	20.122	–	20.122	–
Fornecedores	16	115.622	148.082	72.389	133.047
Salários e encargos sociais		25.048	12.773	14.292	9.689
Partes relacionadas	8	–	–	24.968	28.909
Impostos e contribuições a recolher		25.090	17.831	21.951	16.775
Credores por adiantamento		723	1.594	723	1.647
Provisões operacionais	17	37.955	80.072	36.487	79.411
Obrigações com concessão de exploração portuária		734	835	–	–
Outros passivos circulantes		3.706	101	2.536	62
Total do passivo circulante		299.534	365.666	247.374	347.236
Não Circulante					
Financiamentos e empréstimos	14	1.179.450	1.182.752	1.116.870	1.114.446
Fornecedores	16	1.599	7.966	1.599	7.630
Tributos parcelados		50	5.185	–	4.660
Obrigações com instrumentos financeiros	14, 24	–	(18.515)	–	(18.515)
Obrigações com debêntures	15	–	42.543	–	42.543
Partes relacionadas	8	–	–	16.110	17.582
Provisões para contingências	18	56.975	56.557	8.266	7.975
Obrigações com concessão de exploração portuária		4.467	5.078	–	–
Provisões operacionais	17	18.383	16.785	1.634	36
Outros passivos não circulantes		4.759	3.727	3.727	3.727
Total do passivo não circulante		1.265.683	1.302.078	1.148.206	1.180.084
Patrimônio Líquido	19				
Capital social		624.038	600.000	624.038	600.000
Ações em tesouraria		(50.922)	(50.922)	(50.922)	(50.922)
Reservas de lucros		100.413	6.310	100.413	6.310
Prejuízo acumulado		(1.065.457)	(364.480)	(1.065.457)	(364.480)
Ajustes acumulados de conversão		(1.346)	(975)	(1.346)	(975)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(393.274)	189.933	(393.274)	189.933
Participações de acionistas não controladores		47	42	–	–
		(393.227)	189.975	(393.274)	189.933
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.171.990	1.857.719	1.002.306	1.717.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota Explicativa	2017	2016
Receita Operacional Líquida	25	872.172	794.031
Custo dos Fretes e Serviços	26	(797.150)	(798.041)
Lucro (Prejuízo) Bruto		75.022	(4.010)
Receitas (Despesas) Operacionais:	27		
Administrativas e comerciais		(65.670)	(74.276)
Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	5	22.916	10.166
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais		(1.596)	(9.500)
Provisões administrativas e para perdas estimadas de recebíveis		(20.790)	(47.897)
Resultado líquido com alienação de bens	12	(32.665)	234.575
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		4.213	8.028
		(93.592)	121.096
Resultado mensurado com ativos não circulantes-bens alienados	12	21.820	57.629
Provisão para perdas estimadas com embarcações em construção	13	(502.928)	–
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido		(499.678)	174.715
Resultado Financeiro Líquido:	28		
Receitas financeiras		65.518	70.212
Despesas financeiras		(220.035)	(317.458)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		1.283	218.143
		(153.234)	(29.103)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(652.912)	145.612
Imposto de Renda e Contribuição Social	10		
Corrente		(12.890)	(5.144)
Diferido		58.933	(46.404)
		46.043	(51.548)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(606.869)	94.064
Lucro (Prejuízo) Líquido Atribuível a:			
Acionistas da controladora	20	(606.874)	94.103
Acionistas não controladores		5	(39)
		(606.869)	94.064
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação:	20		
Básico (centavos por ação)		(25,98)	5,49
Diluído (centavos por ação)		(30,24)	5,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota Explicativa	2017	2016
Receita Operacional Líquida	25	679.684	670.290
Custo dos Fretes e Serviços	26	(631.088)	(685.075)
Lucro (Prejuízo) Bruto		48.596	(14.785)
Receitas (Despesas) Operacionais:	27		
Administrativas e comerciais		(60.693)	(69.394)
Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	5	22.916	10.166
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais		(956)	(1.336)
Provisões administrativas e para perdas estimadas de recebíveis		(14.468)	(30.398)
Resultado líquido com alienação de bens	12	–	234.575
Outras receitas (despesa) operacionais, líquido		4.394	4.432
Resultado de equivalência patrimonial	11	(34.375)	(36.298)
		(83.182)	111.747
Resultado mensurado com ativos não circulante-bens alienados	12	21.820	57.629
Provisão para perdas estimadas com construção de embarcações	13	(502.928)	–
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido		(515.694)	154.591
Resultado Financeiro Líquido:	28		
Receitas financeiras		65.379	56.495
Despesas financeiras		(201.066)	(262.613)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(2.225)	209.789
		(137.912)	3.671
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(653.606)	158.262
Imposto de Renda e Contribuição Social	10		
Corrente		(9.168)	(4.277)
Diferido		55.900	(59.882)
		46.732	(64.159)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	20	(606.874)	94.103
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação:	20		
Básico (centavos por ação)		(25,98)	5,50
Diluído (centavos por ação)		(30,24)	5,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reserva de incentivos de AFRMM	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Reservas de lucros: Reserva especial	Prejuízo acumulado	Ajustes acumulados de conversão	Total atribuível a acionistas da controladora	Participações não controladores	Total patrimônio líquido consolidado e controladora negativo
Saldos em 1 de janeiro de 2016	600.000	(50.922)	6.310	–	–	–	(458.583)	(180)	96.625	82	96.707
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	94.103	–	94.103	(39)	94.064
Ajuste de conversão de investimentos em controladas no exterior	–	–	–	–	–	–	–	(795)	(795)	(1)	(796)
Saldos em 31 de dezembro 2016	600.000	(50.922)	6.310	–	–	–	(364.480)	(975)	189.933	42	189.975
Saldos em 1 de janeiro de 2017	600.000	(50.922)	6.310	–	–	–	(364.480)	(975)	189.933	42	189.975
Destinação do resultado do exercício de 2016 (AGO/AGE de 27.04.2017)	–	–	89.398	4.705	–	–	(94.103)	–	–	–	–
Aumento de capital por subscrição de debêntures	24.038	–	–	–	–	–	–	–	24.038	–	24.038
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(606.874)	–	(606.874)	5	(606.869)
Ajuste de conversão de investimentos em controladas no exterior	–	–	–	–	–	–	–	(371)	(371)	–	(371)
Saldos em 31 de dezembro 2017	624.038	(50.922)	95.708	4.705	–	–	(1.065.457)	(1.346)	(393.274)	47	(393.227)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Controladora 2017	Controladora 2016
Resultados Abrangentes estão Representados Abaixo:				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(606.869)	94.064	(606.874)	94.103
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes de conversão de controladas no exterior	(371)	(796)	(371)	(795)
Resultado Abrangente Total do Exercício	(607.240)	93.268	(607.245)	93.308
Resultado Abrangente Total Atribuído a:				
Acionistas da controladora	(607.245)	93.308	(607.245)	93.308
Acionistas não controladores	5	(40)	–	–
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(607.240)	93.268	(607.245)	93.308

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Controladora 2017	Controladora 2016
Geração do valor adicionado				
Receita gerada:	972.233	1.017.858	766.781	884.454
Receita de fretes e serviços prestados	976.243	1.024.810	770.582	890.696
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.010)	(6.952)	(3.801)	(6.242)
Insumos aplicados na geração da receita de serviços (redução):	(922.785)	(289.747)	(829.060)	(206.640)
Serviços contratados	(292.213)	(362.310)	(261.408)	(322.569)
Materiais	(10.342)	(10.875)	(6.548)	(8.556)
Óleo combustíveis e gases	(55.362)	(65.780)	(52.876)	(64.058)
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(1.596)	(9.500)	(956)	(1.336)
Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção	(502.928)	–	(502.928)	–
Resultado líquido com alienação de bens do imobilizado	(32.665)	–	–	–
Outras receitas/(despesas), líquido	(27.679)	158.718	(4.344)	189.879
Valor adicionado bruto	49.448	728.111	(62.279)	677.814
Depreciação e amortização	(57.009)	(84.809)	(36.479)	(62.897)
Valor adicionado líquido	(7.561)	643.302	(98.758)	614.917
Valor adicionado recebido por transferência:	72.336	83.823	34.031	31.266
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	(34.375)	(36.298)
Receitas financeiras	72.336	83.823	68.406	67.564
Valor adicionado total a distribuir	64.775	727.125	(64.727)	646.183
Distribuição do valor adicionado				
Empregados:	111.458	118.973	67.366	88.862
Remuneração	82.344	84.619	50.196	65.115
Benefícios	22.664	28.029	13.046	19.050
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	6.450	6.325	4.124	4.697
Governo:	53.771	170.548	35.595	169.156
Federal	15.488	134.900	5.098	140.568
Estadual	29.678	28.243	29.473	28.004
Municipal	8.605	7.405	1.024	584
Remuneração de capitais de terceiros:	506.415	343.540	439.186	294.062
Despesas financeiras	221.180	99.025	202.929	51.416
Locações e arrendamentos	285.235	244.515	236.257	242.646
Remuneração de capitais próprios:	(606.869)	94.064	(606.874)	94.103
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(606.874)	94.103	(606.874)	94.103
Participação de acionistas não controladores	5	(39)	–	–
Valor adicionado total distribuído	64.775	727.125	(64.727)	646.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Em milhares de reais)

	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Controladora 2017	Controladora 2016
Fluxos de caixa das operações:				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(606.869)	94.064	(606.874)	94.103
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Resultado de participações societárias em controladas	–	–	34.375	36.298
Depreciação e amortização	57.009	84.809	36.479	62.897
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(58.933)	46.404	(55.900)	59.882
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	1.596	9.500	956	1.336
Provisões operacionais	(36.139)	72.660	(38.337)	55.833
Provisão para perdas estimadas com ativos em construção	502.928	–	502.928	–
Juros e variações monetárias e cambiais e líquidas	144.461	(20.952)	135.537	(48.641)
Resultado líquido com alienação de bens	32.665	(174.575)	–	(174.575)
Desmobilização de ativos	–	4.640	–	3.046
Subvenção AFRMM gerado no exercício	(23.116)	(15.153)	(23.116)	(15.153)
Outros	4.619	4.665	4.419	3.955
	18.221	106.062	(9.533)	78.981
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber e partes relacionadas	(46.201)	19.562	(33.138)	15.701
Depósitos retidos	(13.622)	–	(10.899)	–
Contas a receber por alienação de direitos contratuais	111.725	–	111.725	–
Contas a receber por indenização de seguros construção naval	59.632	–	59.632	–
Parcela AFRMM aplicados ressarcida no exercício, pelo RFB/FMM	126.274	39.694	126.274	39.694
Estoques	1.114	(294)	1.584	145
Tributos a recuperar	8.305	(1.826)	6.660	745
Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais	109	(3.257)	1.095	(3.172)
Seguros a receber	(543)	1.370	(542)	1.277
Outros	(1.964)	(11.246)	(664)	(11.724)
	244.829	44.003	261.727	42.666
Aumento (redução) nos passivos:				
Contas a pagar e partes relacionadas	(37.865)	39.282	(76.647)	55.532
Salários e encargos sociais	7.511	5.325	438	4.457
Tributos e contribuições	12.625	6.046	10.631	5.918
Adiantamentos a fornecedores e a agentes multimodais	(871)	(323)	(924)	(241)
Operações de *bunker* e outros	(6.771)	(15.419)	1.239	(13.953)
	(25.371)	34.911	(65.263)	51.713
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	237.679	184.976	186.931	173.360
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Depósitos e garantias	(4.758)	(705)	(3.622)	88
Aporte de capital em empresas controladas	–	–	(11.000)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	–	(8.549)	–
Adições ao imobilizado e intangível	(92.948)	(39.088)	(27.916)	(36.842)
Alienação de ativo imobilizado	15.580	–	–	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	–	–	–	4.515
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(82.126)	(39.793)	(51.087)	(32.239)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Empréstimos e financiamentos obtidos	–	489.425	–	415.518
Aumento (Redução) de capital por bônus de subscrição exercido pelos acionistas	24.038	–	24.038	–
Redução de empréstimos (mútuos) obtidos com empresa ligada	–	–	(2.821)	(4.280)
Pagamento de principal e encargos sobre financiamentos	(165.369)	(640.218)	(138.135)	(558.442)
Obrigações com debêntures	(24.038)	41.537	(24.038)	41.537
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	–	(155)	–	–
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(165.369)	(109.411)	(140.956)	(105.667)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(9.816)	35.772	(5.112)	35.454
Caixa e equivalentes no início do exercício	61.370	25.598	54.107	18.653
Caixa e equivalentes no final do exercício	51.554	61.370	48.995	54.107
Pagamentos efetuados durante o exercício por:				
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–
Juros e variações cambiais de financiamentos	(62.204)	(62.909)	(52.564)	(59.796)
Transações que não envolveram caixa:				
Imposto de renda e contribuição social compensados	(8.296)	–	(5.455)	–
Juros e variações cambiais capitalizados	–	39.577	–	39.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Log-In Logística Intermodal S.A., (a "Log-In" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Avenida General Justo nº 375, 6º Andar, Centro. CEP 20031-130, Estado do Rio de Janeiro, e está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). A Log-In e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") são uma operadora logística que tem como objeto principal o comércio de serviços marítimo de cabotagem, longo curso (MERCOSUL) e fluvial no transporte de cargas em geral; operar terminais terrestres e portuários. A Companhia oferece soluções integradas (*one stop shop*), para movimentação portuária e transporte de contêineres porta porta, por meio marítimo, complementado pela ponta rodoviária, bem como pela armazenagem de carga através de terminais intermodais terrestres, além de transporte marítimo de granel. As controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são:

Controladas e coligada:	% de participação e de capital votante	Sede da entidade	Atividade principal
TVV-Terminal de Vila Velha S.A.	99,90	Brasil	Portuária e armazenagem
Log-In Mercosur S.R.L.	94,00 (*)	Argentina	Apoio portuário
Log-In International GmbH	100,00	Áustria	Logística
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	100,00	Uruguai	Apoio portuário
Log-In Navegação Ltda.	100,00	Brasil	Cabotagem
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	100,00	Brasil	Cabotagem

(*) Os outros 6% são detidos pela Log-In Internodal Del Uruguay S.A.

A Companhia possui quatro navios próprios em operação. Os navios que estavam em construção junto a estaleiro brasileiro tiveram os respectivos contratos de construção rescindidos, conforme mencionado no item c) da Nota 13. Em novembro de 2017, a Companhia contratou junto a estaleiro chinês a construção de uma nova embarcação com capacidade de 2.700 TEU, com entrega prevista para abril de 2019; e, em dezembro de 2017, o referido contrato de construção foi transferido para a controlada Log-In Marítima, a qual, doravante, passa a assumir todas as obrigações decorrentes do contrato junto ao estaleiro. A Companhia detém o controle acionário do Terminal de Vila Velha S.A. - TVV, o qual possui o contrato de concessão dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba no porto de Vitória - ES para a exploração portuária, por um período de 25 anos, iniciado em 10 de setembro de 1998, que poderá ser prorrogado, de comum acordo, por prazo igual ao originalmente contratado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R$39.568 e de R$36.364 na controladora, bem como patrimônio líquido negativo de R$393.227 no consolidado e de R$393.274 na controladora, respectivamente. Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está corrente com todas as suas obrigações e o patrimônio líquido negativo registrado na data-base ocorreu em função principalmente do registro da provisão para *impairment* das embarcações em construção no estaleiro EISA. A construção de novas embarcações, bem como o reperfilamento das dívidas, detalhados abaixo, permitirão a Companhia retomar a rentabilidade e sua situação patrimonial conforme previsto em seu plano de negócio. Em decorrência da situação de dificuldades financeiras que atravessa o Estaleiro Ilha S.A. ("EISA"), tendo inclusive apresentado pedido de Recuperação Judicial em 15 de dezembro de 2015, com o deferimento do pedido pelo judiciário em 29 de janeiro de 2016, a Log-In aguardou a apresentação do plano de retomada das obras de construção de suas embarcações pelo EISA, para seguir com a avaliação dos eventuais impactos operacionais e financeiros. Paralelamente, a Log-In, com suporte de assessores especializados, avaliou medidas que visavam preservar os interesses da Companhia e planos alternativos para conclusão dos 3 (três) navios que estavam em construção no estaleiro. Em sequência dessas tratativas, a Companhia e o EISA assinaram um acordo para assegurar a preservação mínima e delinear os serviços necessários para finalizar a construção de uma dessas embarcações (Casco EI-506), bem como trabalhos de organização e armazenamento dos equipamentos (máquinas e equipamentos) relativos às três embarcações, localizados no referido Estaleiro. Os serviços foram concluídos no final do primeiro trimestre de 2017, proporcionando a Log-In análises completas para o processo de tomada de decisões para a conclusão da construção das referidas embarcações. Após uma extensiva análise do material produzido no primeiro trimestre, discussões com os credores, com autoridades reguladoras e com a seguradora responsável pelo seguro garantia e com o o próprio estaleiro EISA, a Administração chegou à conclusão de que não havia viabilidade técnica, econômica e financeira para uma retomada das obras e que havia todas as condições necessárias para a denúncia do contrato. Sendo assim, a Log-In informou aos seus acionistas e ao mercado em geral a rescisão do contrato de construção dos navios sob encomenda com aquele estaleiro, conforme Fato Relevante divulgado no dia 12 de julho do corrente ano. A integralidade dos reflexos dessa rescisão está reconhecida nessas demonstrações financeiras e se encontram mensurados e divulgados na Nota Explicativa 13, item c), entendendo a Administração que não há outros efeitos nos demais ativos e passivos da empresa. A rescisão do contrato em função do inadimplemento do EISA não acarretou vencimento antecipado dos empréstimos contraídos, empréstimos esses que a Companhia continuará a servir. Finalmente, do ponto de vista operacional, houve uma revisão do planejamento de médio prazo para a frota e a Companhia finalizou em 1 de novembro de 2017, acordo de compra de um navio porta-contêineres com um estaleiro chinês; o navio tem capacidade de 2.700 TEU, e está em construção junto ao estaleiro situado na província de Wenchong, na China, e tem previsão de conclusão até abril de 2019. Uma vez importado o navio novo, está planejada a contratação de um outro navio usado em Casco Nu, com opção de compra ao final do contrato, pela subsidiária da Log-In, na Áustria, nos mesmos moldes do Log-In Pantanal e do Log-In Resiliente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião de 15 de março de 2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são as seguintes: 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). 2.2. Consolidação: Incluem na elaboração da consolidação as operações da Companhia e das suas empresas controladas (Nota 1). a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. b) Transações com participações de não controladores: A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na análise histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos críticos utilizados nessas informações contábeis são os mesmos utilizados nas demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. 3.1 Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em "R$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Variações monetárias e cambiais" no Resultado financeiro. c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio média mensal a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações. iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de acumulados de conversão". 3.2 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa abordo de embarcações, fundo rotativo, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. 3.3 Ativos financeiros: 3.3.1 Classificação: O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. a) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes e por alienação de direitos contratuais, e de partes relacionadas", "Fundo da Marinha Mercante - AFRMM" e "Seguros a receber". c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía derivativos com operações de *bunker* e de *"swap"* em aberto, conforme reportado na Nota 24. 3.3.2 Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no Resultado Financeiro. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.3.3 *Impairment* de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 3.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge accounting*. Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hegde* estão divulgados na Nota 24.4. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hegde* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização do *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas) líquidos", quando for o caso. 3.5 Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). 3.6 Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais, e de credores por adiantamento: Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais representam os valores a receber decorrentes dos adiantamentos e encontros de contas, no atendimento das embarcações e do modal rodoviário em operação pela Companhia, para posterior liquidação. Credores por adiantamento representam os valores recebidos pela Companhia, pagos pelos clientes por força contratual, a título de antecipação de serviços de transportes ainda não realizados. São incluídos também nessa rubrica os adiantamentos efetuados a agentes relativos à prestação de serviços portuários e rodoviários da Companhia. 3.7 Estoques: Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações e materiais de consumo aplicado na prestação das atividades operacionais da Companhia. São avaliados pelo custo médio de aquisição, que não ultrapassa o seu valor líquido realizável. 3.8 Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e os encargos relativos aos financiamentos para construção de embarcações são capitalizados durante o período de construção das respectivas embarcações, ajustados pelo efeito da aplicação do CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos, quando for o caso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, e quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Os custos de reparos e manutenções, exceto de docagem que são capitalizados e amortizados em cinco anos, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Vida útil estimada (ano)
Embarcações (navios)	5%	20
Edificações e instalações	2% a 10%	10
Máquinas e equipamentos	7%	10 - 15
Móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	10
Equipamentos de processamentos de dados veículos, benfeitorias em embarcações próprias e de terceiros e outros bens	20%	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. 3.9 Intangível: No ativo intangível são registrados os gastos com aquisição de softwares e marcas e patentes registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Vida útil estimada (ano)
Softwares	20%	5
Concessões portuárias	4%	25

As concessões de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV são registradas como intangível. As amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão conforme estipulado em contrato. 3.10 *Impairment* de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. 3.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. 3.12 Contas a pagar a fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. 3.13 Provisões operacionais: As provisões referem-se às estimativas de gastos operacionais, compostas basicamente por provisões para custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, bem como para gastos extraordinários com desmobilização de ativos. As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. 3.14 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 3.15 Plano complementar de aposentadoria - Plano misto benefício VALE MAIS: A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior. 3.16 Remuneração com base em ações da Companhia: Os planos de remuneração baseado em ações para empregados da Companhia são mensurados periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com os referidos planos. A Companhia constitui o passivo de seus planos à medida que os serviços são prestados pelos empregados elegíveis (vest period). As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado. 3.17 Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM: O benefício do AFRMM aplicável às empresas de navegação marítima encontra-se descrito na Nota nº 5. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia. O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante-FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica (Nota 14). Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores aplicados foram utilizados para a amortização de parcelas de financiamentos obtidos junto FMM para a aquisição de embarcações. 3.18 Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. 3.19 Receitas com prestação de serviços intermodais: As receitas com prestações de serviços intermodais são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. As receitas provenientes de transporte marítimo de carga geral (graneleiro) são reconhecidas no resultado quando do encerramento de cada viagem, bem como os custos correspondentes. 3.20 Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. 3.21 Arrendamentos: Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais (aluguel de embarcações) e, nesse caso, os bens não são ativados. A despesa de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. 3.22 Informações por segmento: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A atividade empresarial (segmento) da Companhia é centrada em logística intermodal. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta -a- porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. A Administração da Companhia tem como base para tomada de decisões a intermodalidade dos seus serviços, considerando como um único segmento. 3.23 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. 3.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas: Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017: As normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Os novos pronunciamentos contábeis a seguir foram emitidos pelo IASB, mas ainda não entraram em vigor para o exercício de 2017. A Companhia avaliou seus efeitos e os impactos esperados em suas desmonstrações financeiras, conforme resumido abaixo: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Emitido em julho de 2014, na versão final, pelo IASB, o qual substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Esse pronunciamento trouxe novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, e novas regras para contabilização de hedge. A adoção desse pronunciamento entra em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e não são esperados impactos significativos na adoção deste novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme sumariado a seguir: Classificação e mensuração: A IFRS 9 estabele uma nova abordagem para determinar se um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado ou a valor justo, a qual se baseia nas características dos fluxos de caixa dos instrumentos e no modelo de negócio no qual um ativo é mantido. A Companhia não espera impacto relevante como resultado dessa alteração. • Valor recuperável (*impairment*): A IFRS 9 requer a adoção de um modelo de perdas esperadas para o reconhecimento de *impairment* do contas a receber mensurado no reconhecimento da metodologia e cálculo de provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), relacionados a eventuais dificuldades relacionadas com a recuperação de créditos. Dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Log-In e de suas empresas controladas e da política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não espera que essas mudanças tenham impacto relevante em suas demonstrações financeiras. • Contabilidade de hegde: Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui nenhum instrumento ou operação para o qual tenha sido usado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. • IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes: Emitido em maio de 2014 pelo IASB, o qual substitui a IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas. Esse Instrumento estabelece um modelo de várias etapas, aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um preço que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens e direitos. Esse pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A Companhia realizou uma avaliação dos efeitos desse pronunciamento, tem por base a natureza de seu negócio de transporte marítimo intermodal e a natureza dos seus contratos com clientes, para os principais fluxos de receita da Companhia. Dessa forma, no que diz respeito aos efeitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, a Companhia tem identificado sua carteira de clientes ativos, bem como as demandas e exigências a serem cumpridas em cada contrato. A precificação dos transportes de cada operação é definida com base em valores contratuais previamente definidos entre a Companhia e seus clientes, baseados em contratos e/ou propostas comerciais e não há nenhuma inclusão de encargos financeiros quando concedido algum prazo para pagamento, em face da modalidade da operação de transportes adotada na operação de cabotagem da Log-In. O reconhecimento da receita se dá mediante à emissão da respectiva documentação fiscal (BL e CTE-e) no

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

início da operação de transporte com cada cliente, precedem da respectiva documentação fiscal por exigência legal. A Companhia não espera ajuste relevante como resultado da adoação dessa norma. • IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil (Leases). Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendador, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais. A Companhia está em andamento com o processo de análise dos contratos de arrendamento, bem como de avaliação do impacto financeiro. Os efeitos contábeis serão avaliados como parte do projeto de implementação do IFRS 16/CPC 06 (R2), contudo, em decorrência do volume de contratos e informações necessárias para determinação do impacto quantitativo, a Companhia entende que a estimativa atual não seja razoavelmente precisa para ser divulgada.

4. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS: Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório: 4.1 Vida útil dos bens do imobilizado: Conforme descrito na nota explicativa nº 3.8, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantêm inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos. 4.2 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais: É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é efetuada pela Administração, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. 4.3 Redução ao valor recuperável de ativos: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda e, se houver essa avaliação, será feita com menor periodicidade, dentro de cada período. 4.4 Estimativas do valor justo: O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO: O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e só podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida do passivo, no longo prazo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado, à medida em que cumulativamente ocorrem (i) a prestação de serviço de navegação (cabotagem, fluvial e lacustre) executados com embarcação própria ou afretada de registro brasileiro e (ii) os recursos tenham sido aplicados pela Companhia conforme as condições descritas no parágrafo anterior e registrados pelo Fundo da Marinha Mercante. Esses valores são confrontados com os valores das amortizações de financiamentos obtidos junto ao FMM, e quando aplicável, aos custos e despesas de docagem, correspondentes à geração do incentivo. Nos exercícios de 2017 e de 2016, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM quando da amortização de financiamentos vinculados à construção de embarcações, na rubrica "Recursos com subvenção-AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R$23.116 (R$15.153 em 2016) aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM, registrados na rubrica "Recursos com subvenção-AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais. Os incentivos gerados que ainda não foram liberados pelo FMM montam R$51.227 em 2017 (R$138.646 em 2016), dos quais R$51.227 (R$138.646 em 2016) já foram aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM. O quadro abaixo apresenta a posição da Companhia referente aos recursos junto AFRMM.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar (parcela liberda)	428	16.477	428	16.477
Ativo Circulante - Recursos a receber AFRMM por financiamentos amortizados (*)	33.532	61.205	33.532	61.205
	33.960	77.682	33.960	77.682
Passivo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	–	–	–	–
Ativo não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	17.695	77.441	17.695	77.441
Passivo não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	–	–	–	–
Demonstração do resultado:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receitas (despesas) operacionais:				
• Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	23.116	15.153	23.116	15.153
• Recursos com subvenção-AFRMM aplicados - reclassificado para resultadomensurado com ativos não circulantes-bens alienados	(200)	(4.987)	(200)	(4.987)
	22.916	10.166	22.916	10.166

(*) Montante a receber do FMM/AFRMM aplicado na amortização, com recursos próprios, de financiamentos obtidos para aquisição de embarcações.

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, está assim demonstrada:

Descrição	Saldo em 31.12.2016	Adições	Liberações	Remuneração s/aplicação	IRRF e encargos de IOF	Valores indeferidos	Transferência p/c. corrente	Transferência de longo prazo	Comissões BMDES	Saldo em 31.12.2017
				Movimentação no período						
Valores liberados a aplicar (saldo)	16.477	38	110.953	1.314	(361)	(456)	(126.274)	33.532	(1.263)	33.960
Valores (créditos) a liberar pelo FMM	138.646	23.078	(110.953)	–	–	456	–	(33.532)	–	17.695
	155.123	23.116	–	1.314	(361)	–	(126.274)	–	(1.263)	51.655
Movimentação no Balanço:										
Ativo:										
Ativo Circulante										
• Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
• Parcelas liberadas (saldo)	16.477	38	110.953	1.314	(361)	(456)	(126.274)	–	(1.263)	428
• Parcelas a liberar (créditos)	61.205	–	(110.953)	–	–	456	49.292	33.532	–	33.532
	77.682	38	–	1.314	(361)	–	(76.982)	33.532	(1.263)	33.960
Ativo não Circulante										
• Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
• Parcelas a liberar (saldo)	77.441	23.078	–	–	–	–	(49.292)	(33.532)	–	17.695
	77.441	23.078	–	–	–	–	(49.292)	(33.532)	–	17.695
	155.123	23.116	–	1.314	(361)	–	(126.274)	–	(1.263)	51.655
Passivo:										
Passivo Circulante										
• Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
• Parcelas liberadas (saldo)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo não Circulante										
• Parcelas a liberar (saldo)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentação na Demonstração do Resultado:										
Receitas (despesas) operacionais:										
• Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	–	23.116	–	–	–	–	–	–	–	23.116

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM) não estão sujeitos à tributação, devendo ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício (Nota 19). O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos). O saldo remanescente das subvenções que não for mantido em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: As aplicações financeiras podem, a qualquer momento, ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate. Todas as aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim compostos:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e equivalente de caixa	35.565	14.481	35.348	7.461
Aplicações vinculadas a CDI (*)	13.989	46.889	13.647	46.646
	51.554	61.370	48.995	54.107

(*) Aplicações financeiras em CDB e em Debêntures Compromissadas vinculadas ao CDI. Depósitos retidos - referem-se a valores recebidos pela Companhia e retidos pelo Banco Itaú, em garantia de operações de empréstimo junto à referida instituição, para atender ao volume de boletos de cobrança emitidos pela Companhia, e em processo de compensação bancária, estipulado nas referidas operações.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contas a receber de clientes	181.601	136.762	127.041	115.760
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.052)	(21.986)	(16.959)	(16.102)
	158.549	114.776	110.082	99.658

Os valores componentes de contas a receber têm o seguinte prazo de recebimento (*aging list*): *Aging* do contas a receber:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Valores a vencer	118.850	82.488	74.694	73.326
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	19.253	16.015	16.376	11.694
De 31 a 90 dias	14.404	6.277	13.789	5.580
De 91 a 180 dias	6.042	9.996	5.223	9.058
De 181 a 360 dias	5.163	5.476	4.612	4.985
Acima de 360 dias	17.889	16.510	12.347	11.117
	181.601	136.762	127.041	115.760

A provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia não possui garantias para esses créditos. Com base na experiência histórica da Companhia, classificamos como crédito de liquidação duvidosa principalmente os créditos vencidos há mais de 180 dias. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) teve a seguinte movimentação:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldos iniciais	(21.986)	(16.014)	(16.102)	(10.840)
Adições	(4.010)	(6.952)	(3.801)	(6.242)
Baixas em contas a receber	2.944	980	2.944	980
Saldos finais	(23.052)	(21.986)	(16.959)	(16.102)

Contas a receber de clientes - não circulante: referem-se ao montante de R$16.749, classificado no não circulante, referem-se a créditos a receber, registrados pela controlada TVV junto à VALE com obrigações contingenciais (vide Nota 18), amparadas por interpretação jurídica do Acordo de Indenização firmado em 23 de março de 2007 com a VALE S.A. pela Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas, anteriormente classificadas como "partes relacionadas", que foram reclassificadas para rubrica Contas a receber de clientes, em face de a VALE não ser mais considerada parte relacionada, pela alienação de sua participação na Log-In no final do exercício de 2013. Em face do resultado do julgamento do processo de arbitragem pela Câmara de Arbitragem, a Companhia provisionou o montante de R$16.749 (vide Nota 17), e estuda as medidas a serem implementadas contra a VALE, no sentido de reconhecer seu direito no processo. A Log-In possui em seus registros contábeis valores de construção naval a receber, no montante de R$32.816 em 31 de dezembro de 2017, referente aos desembolsos efetuados pela mesma por conta de garantia prestada ao Estaleiro Ilha S.A. junto às instituições financeiras (vide Nota 13, item e), e que deverá ser reembolsado à Companhia por aquele estaleiro, futuramente. Considerando a situação de dificuldades financeiras que atravessa o seu fornecedor Estaleiro Ilha S.A. ("EISA"), tendo inclusive apresentado pedido de Recuperação Judicial em 15 de dezembro de 2015, com o deferimento do pedido pelo judiciário em 29 de janeiro de 2016, a Companhia constituiu provisão de igual valor para perdas desse montante a receber (R$32.816).

8. PARTES RELACIONADAS: As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas e ligadas relacionadas na nota explicativa nº 11, cujas transações seguem condições e preços praticados no mercado, bem como com empresa acionista e suas empresas ligadas, e de operações de empréstimos de mútuo. As transações com partes relacionadas são compostas como segue:

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017		31.12.2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A.-TVV (a, b)	–	–	–	–	1.345	25.695	2.128	23.343
Log-In Mercosur (a)	–	–	–	–	3.106	6.783	2.377	8.671
Log-In Logistics GmbH (a)	–	–	–	–	14.158	–	–	14.408
Log-In Uruguay (a)	–	–	–	–	37	123	–	69
Log-In Navegação (a)	–	–	–	–	7.922	8.477	–	–
Log-In Marítima (c)	–	–	–	–	8.549	–	–	–
					35.117	41.078	4.505	46.491

Representados por:	Consolidado				Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017		31.12.2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas - Circulante (a)	–	–	–	–	26.568	24.968	4.505	28.909
Partes relacionadas - Não Circulante (b,c)	–	–	–	–	8.549	16.110	–	17.582
	–	–	–	–	35.117	41.078	4.505	46.491

Notas: (a) Referem-se apenas a valores a receber e a pagar relativos às operações e transações comerciais das empresas do grupo Log-In. (b) O montante de R$16.110 (montante de R$17.582 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à operação de empréstimo de mútuo tomado junto à controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., com encargos equivalentes a 104% do CDI. (c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital concedido à empresa controlada. As operações comerciais realizadas com partes relacionadas totalizam os montantes discriminados abaixo:

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017		31.12.2016	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In Navegação	–	–	–	–	1.111	14.806	–	–
Log-In International GMBH	–	–	–	–	–	1.376	–	10.682
Terminal de Vila Velha S.A -TVV	–	–	–	–	–	4.231	–	5.020
Log-In Uruguay	–	–	–	–	–	–	–	–
Log-In Mercosur	–	–	–	–	–	1.313	–	2.357
	–	–	–	–	1.111	21.726	–	18.059

Representados por:	Consolidado				Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017		31.12.2016	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes	–	–	–	–	1.111	16.182	–	10.682
Serviços	–	–	–	–	–	4.195	–	5.255
Receita/despesas financeiras	–	–	–	–	–	1.349	–	2.122
	–	–	–	–	1.111	21.726	–	18.059

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 2017 totaliza R$10.399 no consolidado e R$9.352 na controladora (em 2016 - remuneração de R$11.353 no consolidado e de R$10.430 na controladora), relativo a benefícios de curto e longo prazos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Benefícios:				
Remuneração	7.744	11.242	6.697	10.320
Plano matching	2.655	111	2.655	110
	10.399	11.353	9.352	10.430

Pessoal-chave: Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretores e Gerentes.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

	Circulante			
	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros	2.483	1.529	940	–
Imposto e renda e contribuição social - antecipação	9.511	3.343	6.454	–
PIS e COFINS a recuperar ou compensar	21.589	27.207	10.258	15.484
INSS a recuperar ou compensar	3.202	4.026	248	1.072
ICMS a recuperar ou compensar	502	1.263	152	845
Outros	16	16	11	11
	37.303	37.384	18.063	17.412

	Não circulante			
	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Tributos a recuperar (IRRF sobre aplicações financeiras)	–	7.314	–	7.314
FAP a recuperar	1.824	1.824	1.316	1.316
	1.824	9.138	1.316	8.630

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Os valores de imposto de renda e de contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(652.912)	145.612	(653.606)	158.262
Crédito (despesas) de imposto de renda e de contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	221.990	(49.508)	222.226	(53.809)
Ajustes (efeito de 34%):				
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	(11.688)	(12.341)
Receitas subvencionadas (AFRMM aplicado)	7.860	5.152	7.860	5.152
Resultado de subsidiárias no exterior	(12.378)	846	–	–
Despesa de imposto de renda de subsidiária no exterior	(688)	(1.209)	–	–
Lucro disponibilizado de controlada no exterior	(603)	(956)	(603)	(956)
Receita (despesa) de juros sobre o capital próprio pagos	–	1	–	(605)
Provisão para perdas créditos fiscais imposto de renda e CSLL	(170.996)	(4.175)	(170.996)	–
Diferenças permanentes	858	(1.699)	(67)	(1.600)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	46.043	(51.548)	46.732	(64.159)

O saldo do ativo diferido é composto conforme descrito no quadro abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Sobre prejuízos fiscais	100.836	111.688	100.836	111.688
Sobre base negativa de contribuição social	40.601	44.508	40.601	44.508
	141.437	156.196	141.437	156.196
Sobre diferenças temporárias	(2.557)	(65.397)	(26.061)	(85.867)
	138.880	90.799	115.376	70.329

A realização desse ativo fiscal diferido está fundamentada em Estudo Técnico, que apresenta expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitem a utilização desse ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos. No Exercício de 2017 a Companhia realizou R$3.906 desses créditos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro real apurado tributável de 2017, bem como se utilizou de parte de seus créditos fiscais para compensação de obrigações fiscais, no montante de R$10.853, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei nº 13.496/17. Para os créditos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido diferidos em 2017, no montante de R$170.996, no Consolidado e Controladora (montante de R$4.175 no consolidado apurados em 2016), foram constituídas provisões correspondentes aos referidos montantes para eventuais perdas que possam ocorrer em suas realizações. As principais premissas do Estudo Técnico são: a) Premissas operacionais e econômicas com operação com uma frota de seis embarcações, sendo duas próprias (construídas no Brasil), duas próprias trazidas no direito de tonelagem e duas afretadas por tempo, além de uma nova embarcação em construção em estaleiro chinês, com entrega prevista para abril de 2019; b) O novo navio incrementará a receita e proporcionarão redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e de sua grande capacidade de transporte, tornando-se possível maior diluição dos custos fixos. A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos está demonstrada conforme detalhado no quadro abaixo.

Ano	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
2017	–	9.869	–	7.644
2018	2.515	–	–	–
2019	4.320	–	–	–
2020	5.868	2.602	–	2.602
2021	7.708	6.898	–	6.898
2022	9.251	28.859	6.158	10.614
2023	17.512	11.300	17.512	11.300
2024	20.642	12.384	20.642	12.384
2025	22.088	13.425	22.088	13.425
2026 a 2027	48.976	5.462	48.976	5.462
	138.880	90.799	115.376	70.329

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação. Composição em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Depreciação acelerada não contabilizada - embarcações	(49.335)	(55.104)	(49.335)	(55.104)
Reversão de despesas de variação cambial, com tributação pelo regime de caixa	(17.187)	(41.084)	(17.187)	(41.084)
Resultado diferido de alienação de direitos contratuais	(6.363)	(44.543)	(6.363)	(44.543)
Provisões operacionais	48.805	54.314	38.987	46.694
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa-PCLD	7.618	7.186	5.546	5.185
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	13.890	12.925	2.276	2.102
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	14	909	14	883
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	100.835	111.688	100.835	111.688
Contribuição social sobre o lucro líquido - base negativa	40.603	44.508	40.603	44.508
	138.880	90.799	115.376	70.329

Movimentação em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldos iniciais	90.799	135.922	70.329	128.930
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Depreciação acelerada não contabilizada - embarcações	5.769	18.069	5.769	18.069
Reversão de despesas de variação cambial, com tributação pelo regime de caixa	23.897	(41.084)	23.897	(41.084)
Resultado diferido de alienação de direitos contratuais	38.180	(44.543)	38.180	(44.543)
Provisões operacionais	(5.509)	13.743	(7.707)	8.137
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	432	2.031	361	1.790
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	965	7.645	174	40
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	(895)	860	(869)	834
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	(10.853)	(1.355)	(10.853)	(1.355)
Contribuição social sobre o lucro líquido - base negativa	(3.905)	(489)	(3.905)	(489)
Saldos finais	138.880	90.799	115.376	70.329

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

	Log-In International GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay S.A.	Log-In Navegação Ltda.	Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	Terminal de Vila Velha S.A.	Controladora	Outros	Consolidado
	Sociedades Controladas (Controladas no exterior: Log-In International GmbH, Log-In Mercosul, Log-In Uruguay S.A.)							**Outros**	
Investimentos em empresas controladas	117.950	1.434	577	–	–	80.348	200.309	–	–
Outros investimentos	–	–	–	–	–	–	5	–	5
Saldos em 31 de dezembro de 2015	117.950	1.434	577	–	–	80.348	200.314	–	5
Resultado de equivalência patrimonial	(1.233)	2.249	119	–	–	(37.433)	(36.298)	–	–
Dividendos e JCP propostos e recebidos	–	–	–	–	–	(1.263)	(1.263)	–	–
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	–	(673)	(122)	–	–	–	(795)	–	–
Investimentos em empresas controladas	116.717	3.010	574	–	–	41.652	161.953	–	–
Outros investimentos	–	–	–	–	–	–	5	–	5
Saldos em 31 de dezembro de 2016	116.717	3.010	574	–	–	41.652	161.958	–	5
Resultado de equivalência patrimonial	(38.807)	1.556	56	(805)	–	3.625	(34.375)	–	–
• de resultados operacionais	(6.142)	1.556	56	(805)	–	3.625	(1.710)	–	–
• de alienação de bens	(32.665)	–	–	–	–	–	(32.665)	–	–
Dividendos propostos	–	(1.298)	–	–	–	(2)	(1.300)	–	–
Aporte de capital em empresa controlada	–	–	–	1.000	10.000	–	11.000	–	–
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	–	(322)	(46)	–	–	–	(368)	–	–
Investimentos em empresas controladas	77.910	2.946	584	195	10.000	45.275	136.910	–	–
Outros investimentos	–	–	–	–	–	–	5	–	5
Saldos em 31 de dezembro de 2017	77.910	2.946	584	195	10.000	45.275	136.915	–	5
Capital social em:									
31.12.2017	131.202	378	356	10.000 (*)	10.000	48.894	(*) Capital social a integralizar:		
31.12.2016	131.202	378	356	–	–	48.894	9.000		
Patrimônio líquido em:									
31.12.2017	77.910	3.134	584	194	10.000	45.323			
31.12.2016	116.717	3.203	574	–	–	41.694			
Lucro líquido (prejuízo) em:									
31.12.2017	(38.807)	1.657	56	(806)	–	3.629			
31.12.2016	(1.233)	2.248	119	–	–	(37.472)			
Percentual de participação em 31.12.2017	100%	94%	100%	99,999%	99,999%	99,90%			
Percentual de participação em 31.12.2016	100%	94%	100%	–	–	99,90%			
Quantidade de ações/quotas possuídas:		Ações:	Ações:	Quotas	Quotas	Ações:			
31.12.2017	1	567.819	100.000	10.000.000	10.000.000	9.766.014			
31.12.2016	1	567.819	100.000	–	–	9.766.014			

Informações adicionais relacionados a investimentos: • Log.Star (empresa em processo de liquidação judicial): Os valores correspondentes à participação da controladora no passivo a descoberto desse investimento encontram-se registrados no passivo não circulante, na rubrica "Outros", no montante de R$3.727 (Log.Star) em 2017 e em 2016. • Lajes Logística S.A.: O investimento que a Companhia detinha na controlada Lajes Logística S.A. - alienado em novembro de 2013 -, lhe garante certos direitos contratuais em face da alienação, tais como: Obrigações adicionais - Conforme cláusula quarta do Contrato de Compra e Venda datado de 26 de novembro de 2013, as partes acordaram que, em caso de sucesso na implantação do Terminal Portuário Privativo (TPP) pela adquirente, a Log-In fará jus a um "bônus" de R$23.500, atrelado a condições comerciais dos serviços de operação portuária do TPP, prestados pela Log-In, pelo prazo de dez (10) anos a contar do início da operação do TPP, observado ainda que a adquirente transportará suas cargas próprias de cabotagem utilizando-se preferencialmente dos serviços ofertados pela Log-In, e que a Log-In por sua vez realizará toda sua operação portuária em Manaus-AM por meio da Lajes Logística S.A., em caso de sucesso na implantação do TPP. O referido "bônus" será pago em dez parcelas de R$2.350, a partir da data prevista para o início das operações do TPP, corrigidos "*pro rata die*", desde a data do contrato de compra e venda, pelo IGP-M/FGV.

12. ATIVOS NÃO CIRCULANTES (BENS) ALIENADOS: Em 16 de setembro de 2016 a Companhia divulgou Fato Relevante informando a seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças com a Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda., na qualidade de compradora, e Hidrovias do Brasil S.A. e Log-In International GmbH, na qualidade de intervenientes anuentes, no qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação e transferência à Hidrovias Cabotagem dos seguintes ativos de titularidade da Log-In: (i) duas embarcações identificadas como "Log-In Tambaqui" e "Log-In Tucunaré"; e (ii) os direitos e obrigações de um contrato comercial firmado entre a Companhia e a Alunorte-Alumina do Norte do Brasil S.A. Pela aquisição dos Ativos, a Hidrovias Cabotagem pagará à Companhia o valor de aproximadamente R$683.118 (seiscentos e oitenta e três milhões e cento e dezoito mil), compreendendo: (i) o valor de R$483.118 (quatrocentos e oitenta e três milhões e centro e dezoito mil) equivalente às dívidas das embarcações Tambaqui e Tucunaré representadas pelos Contratos BNDES que são denominados em dólares norte-americano, e que na data de 15 de setembro de 2016 equivalem ao saldo de US$144,993 (cento e quarenta e quatro milhões e novecentos e noventa e três mil dólares norte-americanos), e (ii) o valor adicional de R$200.000 (duzentos milhões). O fechamento da Operação contemplada no Contrato ocorreu em 23 de dezembro de 2016, após atendidas as determinadas condições precedentes estabelecidas no Contrato. Do montante de R$ 200.000 (duzentos milhões), R$60.000 (sessenta milhões) foi pago na Data do Fechamento, em 23 de dezembro de 2016, e o restante de R$140.000 (cento e quarenta milhões) deverá ser pago à Log-In em 14 (quatorze) parcelas mensais iguais e consecutivas de R$10.000 (dez milhões), devendo a primeira parcela ser paga em 1 (um) mês a contar da Data do Fechamento da operação. Referidas parcelas serão representadas por 14 (quatorze) notas promissórias não endossáveis no valor de R$10.000 (dez milhões) cada uma, que a Hidrovias Cabotagem emitirá a favor da Log-In. O valor de cada parcela deverá ser corrigido pela variação do IGP-M desde a data do Contrato (16 de setembro de 2016) até a data do efetivo pagamento de cada parcela à Log-In. O saldo remanescente (R$483.118 mil - quatrocentos e oitenta e três milhões e cento e dezoito mil) foi quitado pela compradora mediante transferência dos Contratos BNDES (Tambaqui e Tucunaré) pela Log-In à Hidrovias Cabotagem na Data do Fechamento, sendo que os valores dos Contratos BNDES, que são atrelados a dólar norte-americano, serão convertidos para a moeda real (R$) pela taxa de câmbio de 2 (dois) dias úteis anteriores à Data do Fechamento, após cumprimento das Condições Precedentes. Os efeitos dessa Operação, na data de 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, estão assim demonstrados: Ativos e Passivos não circulantes alienados:

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Ativos não circulantes (bens) alienados:		
Embarcações em operação (Imobilizados)	–	427.762
Direitos contratuais	–	253.859
	–	681.621
Passivos relacionados a ativos não circulantes (bens) alienados:		
Financiamentos (FMM/BNDES)	–	(482.149)

Os efeitos líquidos decorrentes do fechamento dessa Operação, registrados no resultado de 2016, totalizou R$ 234.575 (Consolidado e Controladora), conforme quadro abaixo. Ativos e Passivos não circulantes-bens alienados:

Ativos não circulantes (bens) alienados:	Consolidado e Controladora	
Passivos relacionados a ativos não circulantes (bens) alienados:	31.12.2017	31.12.2016
Financiamentos (FMM/BNDES)	–	482.149
Ativos não circulantes (bens) alienados:		
Embarcações em operação (Imobilizados)	–	(427.762)
	–	54.387
Direitos contratuais alienados	–	200.000
Ajuste de preço relacionados à Operação	–	(8.990)
Despesas com consultorias com o processo de alienação	–	(10.822)
Resultado líquido com alienação de bens	–	234.575

O montante do resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienados, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é de R$21.820 (em 31 de dezembro de 2016 era de R$57.629), conforme quadro abaixo.

Resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienados:	Consolidado e Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional de fretes	23.063	152.516
Impostos sobre vendas	(2.413)	(11.899)
Receita operacional líquida	20.650	140.617
Custo de fretes	970	(71.154)
Custo de depreciação	–	(15.661)
	970	(86.815)
Lucro bruto	21.620	53.802
Receitas (despesas) operacionais:		
Despesas administrativas e comerciais	–	(1.160)
Recursos com subvenção AFRMM aplicados	200	4.987
	200	3.827
	21.820	57.629

A receita operacional reconhecida em 2017, conforme quadro acima, refere-se ao reconhecimento no primeiro trimestre de 2017 do fechamento e apuração do *take or pay* da operação de transporte de bauxita, encerrado com a alienação dessa operação. Contas a receber por alienação de direitos contratuais: O montante líquido a receber junto à compradora Hidrovias Brasil em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 está assim representado:

	Consolidado e Controladora	
Ativo circulante e não circulante:	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante:		
De 0 a 30 Dias	9.358	9.358
De 31 a 90 Dias	8.400	28.073
De 91 a 180 Dias	–	56.387
De 181 a 360 Dias	–	18.476
	17.758	112.294
Ativo não circulante	–	18.716

Alienação de embarcação por sociedade controlada. Em junho de 2017 a empresa controlada Log-In GmbH alienou uma de suas embarcações, cujo resultado está demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado
Baixa de bens do ativo fixo (custo)	(92.632)
Baixa de depreciação acumulada	43.679
	(48.953)
Valor alienação	16.288
	(32.665)

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Bens em operação:	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Consolidado 31.12.2017	Consolidado 31.12.2016	Controladora 31.12.2017	Controladora 31.12.2016
Embarcações	5	477.015	524.630	339.384	339.384
Edificações e Instalações	2% a 10%	138.200	134.822	55.016	54.232
Máquinas e equipamentos	7	72.298	71.596	2.844	2.721
Móveis e utensílios	10	9.535	8.805	5.608	4.918
Equipamentos de processamento de dados	20	30.209	31.295	12.558	12.407
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10	8.092	7.917	8.092	7.917
Veículos	20	485	485	98	98
Benfeitorias embarcações afretadas terceiros	20	44.501	26.201	44.501	26.201
Outros bens	20	1.225	1.230	676	676
		781.560	806.981	468.777	448.554
Depreciação acumulada		(304.306)	(301.477)	(165.879)	(137.523)
		477.254	505.504	302.898	311.031
Imobilizações em curso		84.970	642.270	60.442	635.596
		562.224	1.147.774	363.340	946.627

b) Movimentação do Imobilizado: Consolidado:

Imobilizado:	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Benfeitorias em embarcações de terceiros	Outros bens	Imobilizações em curso	Total
	Consolidado										
Saldos em 31.12.2016	524.630	134.822	71.596	8.805	7.917	31.295	485	26.201	1.230	642.270	1.449.251
Adições no período	45.016	–	–	–	–	–	–	–	–	60.050	105.066
Transferência no período	–	1.583	637	719	175	780	–	18.300	–	(22.194)	–
Transferência intercontas	–	1.795	65	11	–	(1.866)	–	–	(5)	–	–
Baixa por alienação de bens	(92.631)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(92.631)
Valor ressarcido por seguradora ref. navios em construção	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(59.632)	(59.632)
Provisão para perdas estimadas com ativos em construção	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(502.928)	(502.928)
Valor ressarcido por seguradora ref. sinistro com navio em docagem	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(17.781)	(17.781)
Valor reclassificado para o intangível	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(14.815)	(14.815)
Saldos em 31.12.2017	477.015	138.200	72.298	9.535	8.092	30.209	485	44.501	1.225	84.970	866.530
Depreciação acumulada:											
Saldos em 31.12.2016	(173.963)	(34.475)	(44.410)	(5.137)	(5.123)	(20.714)	(479)	(16.187)	(989)	–	(301.477)
Adições no período	(25.142)	(5.337)	(4.917)	(706)	(802)	(4.077)	(6)	(6.189)	(38)	–	(47.214)
Baixa por alienação de bens	44.349	–	–	–	–	–	–	–	–	–	44.349
Valor reclassificado para o intangível	–	(1.648)	(15)	(3)	–	1.700	–	–	2	–	36
Saldos em 31.12.2017	(154.756)	(41.460)	(49.342)	(5.846)	(5.925)	(23.091)	(485)	(22.376)	(1.025)	–	(304.306)

Controladora:

Imobilizado:	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Benfeitorias em embarcações de terceiros	Outros bens	Imobilizações em curso	Total
	Controladora										
Saldos em 31.12.2016	339.384	54.232	2.721	4.918	7.917	12.407	98	26.201	676	635.596	1.084.150
Adições no período	–	–	–	–	–	–	–	–	–	39.403	39.403
Transferência no período	–	866	57	680	175	145	–	18.300	–	(20.223)	–
Transferência intercontas	–	(82)	66	10	–	6	–	–	–	–	–
Valor ressarcido por seguradora ref. navios em construção	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(59.632)	(59.632)
Provisão p/perdas estimadas com ativos em construção	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(502.928)	(502.928)
Valor ressarcido por seguradoraref. sinistro com navio em docagem	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(17.781)	(17.781)
Valor reclassificado para o intangível	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.993)	(13.993)
Saldos em 31.12.2017	339.384	55.016	2.844	5.608	8.092	12.558	98	44.501	676	60.442	529.219
Depreciação acumulada:											
Saldos em 31.12.2016	(90.216)	(13.837)	(1.006)	(2.503)	(5.123)	(7.882)	(98)	(16.189)	(669)	–	(137.523)
Adições no período	(16.969)	(1.964)	(291)	(481)	(802)	(1.660)	–	(6.189)	–	–	(28.356)
Saldos em 31.12.2017	(107.185)	(15.801)	(1.297)	(2.984)	(5.925)	(9.542)	(98)	(22.378)	(669)	–	(165.879)

O principal item das imobilizações em curso na controladora em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$22.236, líquido da provisão constituída para perdas estimadas com realização dos ativos em construção (Cascos EI-506, EI-507 e EI-508) no montante de R$502.928, corresponde a adiantamentos para construção de três navios porta-conteineres (em 31 de dezembro de 2016, R$594.697) que estavam em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA). Nesses montantes incluem R$164.335 (em 31 de dezembro de 2016, incluem R$167.106) referentes a encargos relativos aos financiamentos obtidos para essa construção, que foram capitalizados, originados dos encargos gerados pelo financiamento correspondente (vide nota explicativa 14). Os ativos que demonstraram algum indicador para fins de avaliação por *impairment* foram testados em 31 de dezembro de 2017, considerando o modelo de valor em uso com base no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa. A Companhia determina a projeção de seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas-chaves: (i) custos e investimentos baseados na melhor estimativa dos projetos com base em desempenhos passados; (ii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando apropriado; (iii) vida útil de cada embarcação em operação; e (iv) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos. Em Fato Relevante divulgado ao mercado em geral na data de 1 de novembro de 2017, a Companhia informa que firmou acordo de compra de um navio porta-contêineres com um estaleiro chinês; o navio tem capacidade de 2.700TEU, e está em construção junto ao estaleiro situado na província de *Wenchong*, na China, e tem previsão de conclusão até abril de 2019. c) Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção: Como divulgado na Nota 1, em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA; consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos ativos em construção junto àquele estaleiro, como abaixo sumariado:

Descrição	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Provisão para perdas estimadas
	Consolidado e Controladora			
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	–	–	164.335
	584.796	(59.632)	(22.236)	502.928

Em face do processo rescisório do contrato de construção, a Companhia registrou em seu contas a receber, em junho de 2017, o montante de R$59.632, referente à indenização por inadimplemento contratual, a ser pago pela seguradora; referido montante foi liquidado em julho de 2017. A provisão para perdas estimadas está liquida do valor dessa indenização, assim como dos materiais e equipamentos levantados, no estaleiro, de aplicação nas referidas embarcações. d) Intangível:

	Taxa de amortização (%)	Consolidado 31.12.2017	Consolidado 31.12.2016	Controladora 31.12.2017	Controladora 31.12.2016
Sistemas (softwares aplicativos)	20	112.461	97.646	103.531	89.538
Concessões portuárias	4	8.304	8.304	–	–
Marcas e Patentes		5	5	5	5
		120.770	105.955	103.536	89.543
Amortização acumulada		(78.526)	(68.695)	(69.227)	(61.104)
		42.244	37.260	34.309	28.439
Intangíveis em desenvolvimento		12.705	14.886	12.705	14.886
		54.949	52.146	47.014	43.325

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS: Os saldos dos financiamentos e empréstimos em 2017 e em 31 de dezembro de 2016 classificados no passivo circulante e não circulante, bem como as amortizações e os pagamentos vencíveis obedecerão ao escalonamento até o ano de 2034, conforme quadros abaixo:

Consolidado

Parcelas vencíveis em	Construção de embarcações (a) Valor anual 31.12.2017	Construção de embarcações (a) Valor anual 31.12.2016	Operações de *swap*(d) 31.12.2017	Operações de *swap*(d) 31.12.2016	Capital de giro(c) 31.12.2017	Capital de giro(c) 31.12.2016	Instalações TERCAM, Paulínia e TVV (b) Valor anual 31.12.2017	Instalações TERCAM, Paulínia e TVV (b) Valor anual 31.12.2016	Total Valor anual 31.12.2017	Total Valor anual 31.12.2016
2017	–	22.978	–	8.841	–	66.044	–	6.515	–	104.378
2018	23.022	22.325	–	13.633	42.499	72.312	5.013	4.288	70.534	112.558
2019	51.819	50.815	–	23.371	42.188	103.011	2.345	2.514	96.352	179.711
2020	51.819	50.815	–	23.371	40.520	101.344	–	–	92.339	175.530
2021	51.819	50.816	–	25.110	39.017	106.294	–	–	90.836	182.220
2022	51.819	50.816	–	–	39.017	–	–	–	90.836	50.816
2023	51.819	–	–	–	318.439	–	–	–	370.258	–
2024 a 2034	438.829	481.917	–	–	–	–	–	–	438.829	481.917
	720.946	730.482	–	94.326	521.680	449.005	7.358	13.317	1.249.984	1.287.130

Controladora

Parcelas vencíveis em	Construção de embarcações (a) Valor anual 31.12.2017	Construção de embarcações (a) Valor anual 31.12.2016	Operações de *swap*(d) 31.12.2017	Operações de *swap*(d) 31.12.2016	Capital de giro(c) 31.12.2017	Capital de giro(c) 31.12.2016	Instalações TERCAM e Paulínia (b) Valor anual 31.12.2017	Instalações TERCAM e Paulínia (b) Valor anual 31.12.2016	Total Valor anual 31.12.2017	Total Valor anual 31.12.2016
2017	–	22.978	–	8.841	–	42.582	–	3.295	–	77.696
2018	23.022	22.325	–	13.633	29.117	57.225	1.767	1.591	53.906	94.774
2019	51.819	50.815	–	23.371	35.764	86.623	804	795	88.387	161.604
2020	51.819	50.815	–	23.371	34.096	84.957	–	–	85.915	159.143
2021	51.819	50.816	–	25.110	34.096	90.266	–	–	85.915	166.192
2022	51.819	50.816	–	–	34.096	–	–	–	85.915	50.816
2023	51.819	–	–	–	280.090	–	–	–	331.909	–
2024 a 2034	438.829	481.917	–	–	–	–	–	–	438.829	481.917
	720.946	730.482	–	94.326	447.259	361.653	2.571	5.681	1.170.776	1.192.142

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os financiamentos estão classificados no passivo conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Passivo circulante	70.534	104.378	53.906	77.696
Passivo não circulante	1.179.450	1.182.752	1.116.870	1.114.446
	1.249.984	1.287.130	1.170.776	1.192.142

O quadro abaixo apresenta a movimentação desses empréstimos em 31 de dezembro de 2017.

Consolidado

Empréstimos e financiamentos	Saldo em 31.12.2016	Adição	Baixa por transferência	Encargos financeiros(*) Capitalizado	Encargos financeiros(*) Resultado	Amortização Principal	Amortização Encargos	Saldo em 31.12.2017
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	730.482	–	(5.564)	–	64.930	(48.738)	(20.164)	720.946
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	13.317	–	–	–	974	(6.081)	(852)	7.358
Capital de giro (instituições financeiras)-(c)	449.005	105.926	–	–	48.877	(48.346)	(33.782)	521.680
Operação de Swap-(d)	94.326	–	(105.926)	–	19.006	–	(7.406)	–
	1.287.130	105.926	(111.490)	–	133.787	(103.165)	(62.204)	1.249.984

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui reversão de R$3.393 de variação cambial, dos quais R$2.512 despesas decorrente do efeito CPC 20.

Controladora

Empréstimos e financiamentos	Saldo em 31.12.2016	Adição	Baixa por transferência	Encargos financeiros(*) Capitalizado	Encargos financeiros(*) Resultado	Amortização Principal	Amortização Encargos	Saldo em 31.12.2017
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	730.482	–	(5.564)	–	64.930	(48.738)	(20.164)	720.946
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	5.681	–	–	–	338	(3.157)	(291)	2.571
Capital de giro (instituições financeiras)-(c)	361.653	105.926	–	–	38.059	(33.676)	(24.703)	447.259
Operação de Swap-(d)	94.326	–	(105.926)	–	19.006	–	(7.406)	–
	1.192.142	105.926	(111.490)	–	122.333	(85.571)	(52.564)	1.170.776

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui reversão de R$4.075 de variação cambial, dos quais R$2.512 de despesas decorrente do efeito CPC 20.

Os financiamentos e empréstimos referem-se a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como junto a outras instituições financeiras, para as seguintes finalidades: a) Construção de embarcações (FMM/BNDES): Construção de sete navios (cinco porta-conteiners e dois graneleiros) junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito "A" e Subcrédito "B"), cuja linha de crédito é da ordem de R$927.142, composto por R$625.209 referente porta-containers e R$301.933 para graneleiros. Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-conteiners) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Para determinação dos saldos devedores os Subcréditos "A" e "B" são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano (porta-conteiner) e os Subcréditos relativos aos graneleiros pela variação do dólar norte-americano, respectivamente, ambos acrescidos de juros de 2,5% ao ano. As embarcações (cascos 504, 505 e 509) construídas, e já em operação, e as em construção (cascos 506, 507, 508 e 510) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau. Em 31 de dezembro de 2015, os Subcréditos relativos aos navios em construção (Cascos 506, 507, 508 e 510) foram repactuados com o BNDES no tocante ao valor das amortizações, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) do valor de cada parcela mensal para o período de outubro de 2015 a dezembro de 2018, bem como em relação às taxas de juros, as quais passaram de 2,5% a.a. para 3,88% a.a., permanecendo inalterado as demais condições contratuais relacionadas aos referidos Cascos. Com essa repactuação, aproximadamente R$270.000 dos financiamentos relativos aos referidos Cascos com vencimentos previstos de outubro de 2015 a dezembro de 2018 foram deslocados para um período compreendido entre 2019 e 2034. Segue abaixo quadro resumo dos saldos dos recursos já liberados (acrescido de encargos decorridos):

Órgão Financiador: Fundo da Marinha Mercante (FMM):	Vencimento da última prestação	Carência	Consolidado e Controladora 31.12.2017	Consolidado e Controladora 31.12.2016
Casco EI-504-Subcrédito A	Jun/2031	37 meses	69.847	75.019
Casco EI-504-Subcrédito A-Suplementar	Jun/2031	37 meses	6.503	6.984
Casco EI-505-Subcrédito A	Set/2030	37 meses	67.666	72.973
Casco EI-505-Subcrédito A-Suplementar	Set/2030	37 meses	6.351	6.842
Casco EI-506-Subcrédito A	Mar/2032	39 meses	107.092	96.304
Casco EI-506-Subcréditos A1aA4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	13.768	13.081
Casco EI-507-Subcrédito A	Out/2033	21 meses	60.959	54.565
Casco EI-507-Subcréditos A1aA4-Suplementares	Out/2033	21 meses	22.530	40.590
Casco EI-508-Subcrédito A	Abr/2034	21 meses	47.600	42.635
Casco EI-508-Subcréditos A1aA5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	41.243	39.850
		Valores indexados à TJLP	443.559	448.843
Casco EI-504-Subcrédito B	Jun/2031	37 meses	48.007	50.797
Casco EI-504-Subcrédito B-Suplementar	Jun/2031	37 meses	4.235	4.482
Casco EI-505-Subcrédito B	Set/2030	37 meses	47.333	50.203
Casco EI-505-Subcrédito B-Suplementar	Set/2030	37 meses	4.107	4.364
Casco EI-506-Subcrédito B	Mar/2032	39 meses	63.126	59.784
Casco EI-506-Subcréditos B1a B4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	5.065	5.016
Casco EI-507-Subcrédito B	Out/2033	21 meses	32.541	30.729
Casco EI-507-Subcréditos B1a B4-Suplementares	Out/2033	21 meses	35.502	34.143
Casco EI-508-Subcrédito B	Abr/2034	21 meses	17.355	22.186
Casco EI-508-Subcréditos B1a B5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	20.116	19.935
		Valores indexados à US$	277.387	281.639
		TOTAL	720.946	730.482

A movimentação desses financiamentos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 segue conforme abaixo:

	31.12.2017	31.12.2016
Saldos no início do período	730.482	1.331.115
Liberações de recuros pelo FMM/BNDES	–	10.271
Encargos financeiros capitalizados (navios em construção)	–	39.577
Encargos financeiros (juros) apropriados	55.555	37.623
Encargos financeiros (variação cambial) adicionados (revertidos) em face da variação do dólar	3.811	(139.420)
Amortização de principal e encargos	(68.902)	(66.535)
Baixa por transferência de financiamentos relativos às embarcações alienadas	–	(482.149)
Saldos no fim do período	720.946	730.482

Nos financiamentos contratados junto ao Fundo da Marinha Mercante a Log-In se obriga a manter um índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo, calculado ao final de cada exercício, não inferior a um patamar mínimo estipulado pelo BNDES, ao longo de todo o prazo dos contratos, cujo índice é apurado pela formula ICD = EBITDA - (IR+CSLL+Variação Capital de Giro) /Serviço da Dívida do Exercício). Em consequência da depreciação acumulada do "Real" frente à moeda norte-americana, nos últimos cinco anos, e até 31 de dezembro de 2017 o saldo desses financiamentos e empréstimos inclui o montante de R$327.793 de encargos de variação cambial (R$331.614 até dezembro de 2016), conforme quadro abaixo.

Encargos de variação cambial adicionados aos financiamentos BNDES:	Consolidado e Controladora 31.12.2017
Exercício de 2017	(3.821)
Exercício de 2016	(139.420)
Exercício de 2015	261.338
Exercício de 2014	69.681
Total encargos no período de 01.01.2014 a 31.12.2017	187.778
Período de 01.04.2011 a 31.12.2013	140.015
Total encargos nos últimos cinco anos (01.04.2011 a 31.12.2017)	327.793

Os efeitos cambiais mencionados acima impactaram na medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo, nos exercícios de 2017 e de 2016, o qual é calculado ao final de cada exercício, não inferior a 1,3, ao longo de todo o prazo dos contratos (ICSD = EBITDA - (IR+CSLL+Variação Capital de Giro)/Serviço da Dívida do Exercício). Adicionalmente, a partir da assinatura do primeiro aditivo ao contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve observar também um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) maior ou igual a 25%. Nos dois últimos períodos de cálculo (dezembro de 2017 e de 2016), a Companhia não atendeu ao limite mínimo de ICSD, não atingindo as coberturas mínimas. A Log-In obteve junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDES correspondência na qual menciona a aprovação da dispensa do cumprimento das cláusula de desempenho financeiro relativo ao exercício social de 2017 dos contratos supracitados, bem como das instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., a dispensa do cumprimento de cláusulas de desempenho financeiro relativo ao exercício social de 2017, quais sejam: *índice de cobertura da dívida não inferior a 1,3 e índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 25%*. Considerando o teor da referida correspondência, os saldos dos referidos financiamentos contratados junto ao BNDES/FMM estão classificados no "*passivo circulante e no passivo não circulante*", refletindo a previsão contratual, a expectativa da Administração da Companhia e o cronograma de desembolsos relacionado ao fluxo de pagamento de suas obrigações junto ao BNDES. Pelas discussões havidas com sua assessoria legal, com os credores em geral, e o BNDES em particular, a rescisão do contrato em função do inadimplemento do Estaleiro EISA não acarretou vencimento antecipado dos empréstimos contraídos, empréstimos esses que a Companhia continuará a servir. b) Investimento em terminais portuários (BNDES): Esses contratos de financiamentos de abertura de crédito têm as seguintes características: b.1) TERCAM:

Subcrédito	Valor	Encargos	Prazo	Finalidade (Ampliação do TERCAM)
Subcrédito "A"	12.498	TJLP+1,4%	8 anos	1ª Fase do Projeto: construção de 9.000m² do novo armazém, instalações, arruamento interno e parte da expansão do pátio de contêineres (recursos totalmente liberados)

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo deste financiamento totaliza R$2.571 (R$4.094 em 31 de dezembro de 2016). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final. b.2) Terminal de Paulínia/SP:

Subcrédito	Valor	Encargos	Prazo	Finalidade
Subcrédito "A"	8.000	TJLP+4,30% a.a.	60 meses	Consiste na construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP
Subcrédito "B"	2.000	TJLP+3,30% a.a.	60 meses	Idem, idem

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo deste financiamento encontra-se totalmente liquidado (saldo de R$1.587 em 31 de dezembro de 2016); a periodicidade de pagamento do principal era mensal e a dos juros trimestralmente. b.3) Terminal de Vila Velha:

Subcrédito	Valor	Encargos	Prazo	Finalidade (Aquisição de)
Subcréditos "A, B,C,D,E"	7.101	Cesta IPCA+3,0% a.a.	8 anos	Equipamentos importados (recursos parcialmente liberados).
Subcrédito "F"	15.365	TJLP+1,4% a.a.	8 anos	Obras civis (recursos totalmente liberados).

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo deste financiamento totaliza R$4.787 (R$7.636 em 2016). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final. c) Capital de giro e investimentos correntes: Contrato de abertura de crédito (capital de giro e investimentos correntes) é composto conforme quadro abaixo:

		Consolidado		Controladora	
Abertura de crédito	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Banco ABC S.A.	Fev/2017	–	1.150	–	1.150
Banco Fibra S.A.	Jan/2017	–	4.273	–	4.273
Banco Original S.A.	Jan/2017	–	575	–	575
Banco Safra S.A. (NC-E, 2014)	Nov/2017	–	5.016	–	5.016
Banco Safra S.A. (NC-E, 2015)	Mar/2018	1.002	3.693	1.002	3.693
Banco Votorantim S.A.	Mar/2018	8.979	23.007	–	–
Banco BIC S.A.	Mar/2019	8.387	13.483	8.387	13.483
Banco do Brasil S.A. (NC-C)	Out/2019	216.728	216.765	215.604	215.640
Deutsche Leasing	Nov/2020	4.539	5.237	–	–
Banco HSBC S.A.	Mar/2021	84.429	84.659	84.429	84.659
Banco Itaú S.A.	Mar/2021	93.969	91.147	34.190	33.164
Banco Santander (Brasil) S.A.	Jun/2023	103.647	–	103.647	–
		521.680	449.005	447.259	361.653

Sobre essas linhas de créditos, bem como sobre os empréstimos referenciados à NC-E (Nota de Crédito de Exportação) incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, em média, de 129,9%. d) Operação de *Swap:* O quadro abaixo apresenta resumidamente os valores captados pela Companhia junto às instituições financeiras o montante dos créditos em Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62, na modalidade de derivativos tipo "*swap*", com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos contratados em dólar norte-americano indexado à variação do CDI. Essas operações geraram despesas de juros e variação cambial no montante de R$19.006 no Consolidado e Controladora no decorrer do exercício de 2017 (R$34.329 no Consolidado e R$27.034 na Controladora no decorrer do exercício de 2016), líquidos do valor do ganho compensado na operação de *"swap"*, conforme detalhado na nota 24.4. Nessa operação, não há incidência do IOF. Os encargos desses empréstimos captados estão indexados à taxa de mercado. Exceto o contrato de operação 4.131 *Swap* Banco Santander que fora liquidado no início de dezembro de 2017, todos os outros demais contratos foram liquidados no decorrer do terceiro trimestre de 2016, em face das operações de reperfilamento da dívida objeto dos Fatos Relevantes divulgado em 6 de maio e em 1 de agosto de 2016. O quadro abaixo mostra a composição dessa operação em 31 de dezembro de 2017.

Operações 4.131 (*Swap*) - Modalidade de Derivativos Tipo "*Swap*":

Consolidado e Controladora					
	Data inicial	Valor contratado		Saldos em	Encargos
Instituição financeira	da operação	em R$	Equivalentes em US$	31.12.2017	31.12.2017
Banco Santander (Brasil) S.A.(*)	03.06.2016	85.206	23.668	–	19.006
		85.206	23.668	–	19.006

(*) Liquidado no início de dezembro de 2017.

Esses empréstimos-pontes tomados via "capital de giro" e em "operações de *swap*" visavam suprir os descasamentos de fluxos de caixa entre as solicitações e as liberações dos recursos via Fundo da Marinha Mercante (FMM), no que dizia respeito aos financiamentos contratados e em vigor para as sete embarcações, junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), bem como financiar investimentos correntes da Companhia. e) Garantias: Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a conceder garantias a títulos de crédito de fornecedores por serviços e materiais adquiridos em contratos de longo prazo, até o limite de R$140.000. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual dessa garantia encontra-se totalmente liquidado (em 31 de dezembro de 2016: R$2.719).

15. OPERAÇÕES DE DEBÊNTURES: Em 17 de agosto de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, com bônus de subscrição, no valor de até R$45.000, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Os recursos captados pela emissora por meio da integralização das debêntures totalizaram R$41.537 e serão utilizados para pagamento de despesas gerais e dívidas de curto e longo prazo e/ou reforço no capital de giro da Log-In. As debêntures têm a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e terão prazo de vencimento em 30 de março de 2018, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado. Não há *covenants* relacionados a índices financeiros. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes da formalização dessa garantia, a Companhia cede fiduciariamente e transfere, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas (i) direitos creditórios de titularidade da Companhia, decorrentes de prestação de serviços de transporte e outros representados por documentos denominados "conhecimento de transporte"; (ii) os recursos recebidos em razão do pagamento dos Direitos Creditórios - Serviços; e (iii) os direitos sobre o saldo depositado em conta-corrente de titularidade da cedente junto ao Banco Itaú S.A. (Banco Depositário/Conta Vinculada). As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 70% (setenta por cento) das taxas médias dos DI-Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. No primeiro semestre de 2017 os debenturistas exerceram o direito de 4.829.384 bônus de subscrição da Companhia, pelos acionistas, a qual promoveu a emissão de 5.014.703 ações ordinárias, conforme divulgado em 1 de março de 2017 via Aviso aos Acionistas, em sequência à AGE de 17 de agosto de 2016, na qual foi deliberada a primeira emissão de debêntures da Companhia. Referido exercício de subscrição correspondeu ao montante de R$24.038. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização extraordinária, a remuneração será paga em uma única parcela, na data do vencimento. O valor atualizado das debêntures, em 31 de dezembro de 2017, é de R$ 20.122, composto por R$18.372 de principal e de R$1.750 de encargos (R$42.543 em 31 de dezembro de 2016, composto por R$41.537 mil de principal e de R$1.006 mil de encargos).

16. FORNECEDORES: Os valores componentes de contas a pagar a fornecedores têm os seguintes prazos de pagamentos (*aging list*):

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Passivo circulante				
Valores a vencer:				
De 0 a 30 dias	106.530	125.322	64.688	110.816
De 31 a 90 dias	2.625	6.842	2.314	6.834
De 91 a 180 dias	4.032	5.027	3.360	4.937
De 181 a 360 dias	2.435	10.891	2.027	10.460
	115.622	148.082	72.389	133.047
Passivo não circulante	1.599	7.966	1.599	7.630

17. PROVISÕES OPERACIONAIS: As provisões operacionais constituídas pela Companhia referem-se às estimativas de gastos e são compostas basicamente por provisões para despesas portuárias (navegação), rodoviárias e outros gastos. Essas provisões estão classificadas no passivo circulante e no não circulante e têm a seguinte composição: Passivo circulante:

	Consolidado		Controladora	
Provisões operacionais para:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Gastos marítimos com transportes granel e containers	10.573	27.092	10.478	27.092
Gastos marítimos com transportes veículos Mercosul	10.206	31.016	10.206	31.016
Gastos rodoviários	12.986	5.595	12.986	5.595
Gastos administrativos	2.290	10.276	2.246	10.166
Outros gastos operacionais	1.900	6.093	571	5.542
	37.955	80.072	36.487	79.411
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas estimadas com outros recebíveis de longo prazo	16.749	16.749	–	–
Provisão para outros gastos	1.634	36	1.634	36
	18.383	16.785	1.634	36

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas. Essas contingências são compostas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Provisão para riscos	Provisão para riscos	Provisão para riscos	Provisão para riscos
Trabalhistas	37.785	37.884	6.304	6.483
Trabalhistas-responsabilidade solidária	16.749	16.749	–	–
Tributárias	1.863	1.463	1.517	1.131
Cíveis e outras	578	461	445	361
	56.975	56.557	8.266	7.975

Reclamações trabalhistas - consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. O montante de reclamações trabalhistas acima, no valor de R$16.749 em 2017 (R$16.749 em 2016), reconhecido nos registros contábeis da controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., refere-se a contingências trabalhistas com prognósticos de perdas prováveis registrados ao final do exercício, por conta de prováveis desembolsos com obrigações contingenciais de responsabilidade da VALE S.A. (vide Nota 7), amparado por interpretação do Acordo de Indenização pactuado entre a Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas e a VALE, datado de 23 de março de 2007. A Companhia e ou suas controladas poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar o seus créditos. Tributárias - abrangem principalmente: (i) tributos preteridos na transferência de bens e (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS. Cíveis e outras - abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras. A Companhia poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar o seu crédito e/ou de suas controladas. No decorrer do exercício de 2017 estas contingências tiveram a seguinte movimentação, face principalmente a processos de responsabilidade exclusiva da VALE sem custas para a Companhia, bem como outras baixas por mudança de prognóstico e revisão de valor de processo.

Consolidado

		Movimentação no período					
Descrição	Saldo em 31.12.2016	Adição	Reversão	Juros +CM	Transferência	Pagamento	Saldo em 31.12.2017
Reclamações trabalhistas	54.633	4.704	(3.948)	4.130	(2.845)	(2.501)	54.173
Tributárias	1.463	379	–	45	–	(24)	1.863
Cíveis	461	461	–	46	361	(390)	939
	56.557	5.544	(3.948)	4.221	(2.484)	(2.915)	56.975
DRE			(1.596)	(4.221)			

Controladora

		Movimentação no período					
Descrição	Saldo em 31.12.2016	Adição	Reversão	Juros +CM	Transferência	Pagamento	Saldo em 31.12.2017
Reclamações trabalhistas	6.483	737	(620)	474	(219)	(551)	6.304
Tributárias	1.131	378	–	18	–	(10)	1.517
Cíveis	361	461	–	13	–	(390)	445
	7.975	1.576	(620)	505	(219)	(951)	8.266
DRE			(956)	(505)			

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações acima, e constitui provisão para os processos considerados como perdas prováveis. Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-In e suas controladas, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. O saldo dessas contingências totaliza R$17.997 em 2017 e R$17.998 em 2016, no consolidado. Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 2017 no montante de R$260.836 no consolidado e R$160.501 na controladora (em 2016 - R$237.499 no consolidado e R$188.181 na controladora), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza trabalhista (R$137.291) e tributária (R$100.909), consolidados. Dentre o montante de R$260.836 acima, R$49.313 estão sob o acordo de indenização mencionado no parágrafo anterior, composto por R$28.315 mil de natureza tributária, R$19.148 de natureza trabalhista e R$1.853 de causas cíveis. A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante, ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os depósitos judiciais estão assim representados:

	Consolidado		Controladora	
Depósitos judiciais	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Processos trabalhistas	29.351	26.359	19.137	17.706
Processos tributários	27.891	21.708	26.486	21.293
Processos cíveis e outros	2.485	2.152	2.437	2.106
	59.727	50.219	48.060	41.105
Provisão para perdas estimadas com resgates de depósitos judiciais	(26.167)	(21.788)	(19.697)	(16.709)
	33.560	28.431	28.363	24.396

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em primeiro de março de 2017, foi divulgado Aviso aos Acionistas informando que em razão do exercício de 4.829.384 bônus de subscrição da Companhia, foi homologado em Reunião do Conselho da Administração, o aumento de capital no montante de R$24.038, mediante a emissão de 5.014.703 ações ordinárias. Com esse aumento, o capital social, que era de R$600.000, dividido em 18.342.324 ações ordinárias passa a ser de R$624.038, dividido em 23.357.027 ações ordinárias. Conforme informado nos Fatos Relevantes de 16 de setembro de 2016 e de 09 de dezembro de 2016, o preço de exercício dos bônus de subscrição é de R$ 4,80 por ação, que corresponde à média ponderada por volume da negociação da ação LOGN3 nos 45 pregões anteriores à convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 17 de agosto de 2016, na qual foi deliberada a 1ª emissão de debêntures da Companhia. As ações emitidas em decorrência do aumento de capital são idênticas e têm os mesmos direitos que as ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes e participarão de forma integral da distribuição de quaisquer proventos que vierem a ser declarados, conforme disposto do Estatuto Social e nos termos da regulamentação aplicável. Com o aumento mencionado acima, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$624.038, representado por 22.138.255 ações em circulação e 1.218.772 ações em tesouraria, totalizando 23.357.027 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2016, capital social de R$600.000, representado por 17.123.552 ações em circulação e 1.218.772 ações em tesouraria, totalizando 18.342.324 ações ordinárias, sem valor nominal). Durante o exercício de 2017, não ocorreu alteração no número de ações da Companhia, exceto em face do grupamento de ações, conforme AGO/AGE de 28 de abril de 2016. Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social é composto como segue:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade de ações e respectivo percentual		Quantidade ações e respectivo percentual	
Acionista:	ON	%	ON	%
Alaska Investimentos Ltda.	5.998.691	25,68	3.494.220	19,05
Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS	2.347.059	10,05	2.347.059	12,80
Cox Gestão de Recursos Ltda.	1.354.547	5,80	–	–
Arbela Investimentos Ltda.	–	–	1.135.780	6,19
Trilha Investimentos Ltda.	–	–	976.772	5,33
Outros Investidores	12.437.958	53,25	9.169.721	49,99
	22.138.255	94,78	17.123.552	93,36
Ações em tesouraria	1.218.772	5,22	1.218.772	6,64
	23.357.027	100,00	18.342.324	100,00

b) Ações em tesouraria: A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias (6.093.861 ações ordinárias, antes do grupamento, conforme mencionado no parágrafo anterior), que correspondem a 6,64% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R$8,35, por ação. O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da BM&FBOVESPA de 30 de dezembro de 2017 é de R$4.266 (R$3.132 em 30 de dezembro de 2016). c) Reserva de incentivos de AFRMM: Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM), deverá ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos). O saldo remanescente das subvenções que não for registrado em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes. d) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social. e) Reserva de Investimentos: Esta reserva tem por objetivo cobrir o orçamento de investimentos. f) Reserva especial: Reserva constituída nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Não sendo absorvida por prejuízo em exercícios subsequentes, os valores originários dessa reserva serão distribuídos como dividendos assim que permitir a situação financeira da Companhia. g) Destinação do lucro líquido do exercício. O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório, após os ajustes necessários consoantes às determinações legais.

20. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO: Os valores dos prejuízos básicos e diluídos por ação foram calculados conforme segue:

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	(606.874)	94.103
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação(a)	(30,24)	5,50
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação(*)	20.069.611	17.123.552

(a) Não existem itens ante dilutivos.

(*) No decorrer do exercício de 2017 a quantidade de ações foi alterada para 23.357.027, em face do exercício de 4.829.384 bônus de subscrição pelos acionistas, mediante aumento de capital, com emissão de 5.014.703 ações ordinárias.

21. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES: a) Plano de Matching: Nos termos do Plano de Matching, são elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-In) que atenderem às seguintes condições: i) trabalharem na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas; ii) fizerem jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano; iii) estiverem ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e iv) forem posicionados na matriz de Carreira e Sucessão nos quadrantes "adequados" ou "talento". Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2013, foi aprovado o 6º Plano de Matching para o ciclo 2013/2016, com prazo de adesão em abril de 2013, nas mesmas condições dos Planos anteriores; o 7º e o 8º Planos de Matching, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2014 e de 2015, com prazo de adesão em abril de 2014 e de 2015, para os ciclos 2014/2017 e 2015/2018, respectivamente. Os executivos elegíveis à premiação em ações da Companhia no decorrer do exercício de 2017, cuja quantidade existente em 2017 era de 12.756 ações (17.789 ações em 2016), farão jus, ao final de três anos, ao mesmo número de ações definidas inicialmente, desde que sejam mantidas em sua integralidade sob propriedade dos mesmos em todo o decorrer do período. A liquidação financeira das novas ações será efetuada pela Companhia, sem custo aos executivos. O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios, de acordo com o referido plano. As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os Programas em vigência são os constantes do quadro abaixo.

31.12.2017

Programa	Início/Término	Qtde. Ações	Preço Médio da Ação* (R$)	Valor Total	Total Provisionado
Programa VIII	ABR/15 a MAR/18	12.756	3,4714	44	
		12.756		44	41

31.12.2016

Programa	Início/Término	Qtde. Ações	Preço Médio da Ação* (R$)	Valor Total	Total Provisionado
Programa VII	ABR/14 a MAR/17	5.033	2,8893	14	
Programa VIII	ABR/15 a MAR/18	12.756	2,8893	37	
		17.789		51	36

* Preço médio nos exercícios de 2017 e de 2016.

b) Plano de incentivo de longo prazo (ILP): Plano cujo objetivo é reter os diretores e gerentes, mantê-los engajados e incentivar a "visão de dono", comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado. O ILP tem vigência de 4 (quatro) anos, com concessões anuais a serem realizadas de 2016 a 2019. Estão vinculados ao desempenho individual, ou seja, resultados e competências apurados relativos ao ano anterior à concessão, balizados por faixas referenciais em quantidades de ações no nível de cargo. O lote de ações concedido tem *vesting period* de 3 (três) anos e a parcela efetivamente convertida em ações com posse plena ao participante do plano dependerá do desempenho da Companhia, em termos da cotação das ações na BM&FBOVESPA versus a taxa de CDI do período. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2015, foi aprovado esse Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). O limite máximo de concessão de ações acumulado para a vigência do programa (quatro anos) é de 4,03% sobre o total de ações emitidas pela Companhia.

22. PLANO COMPLEMENTAR DE APOSENTADORIA - PLANO MISTO BENEFÍCIO VALE MAIS: A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue: a) Contribuição ordinária - Destina--se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R$3.850,49 em 2017 e R$3.756,58 em 2016). b) Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras. c) Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais. d) Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente. Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação, e as contribuições da Companhia são equivalentes as dos participantes limitadas, porém, a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante o exercício de 2017, apropriadas no resultado do exercício, foi de R$1.772 no consolidado e de R$1.232 na controladora. No exercício de 2016 foi de R$2.251 (consolidado) e de R$1.792 (controladora).

23. COBERTURA DE SEGUROS: As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. As modalidades/riscos contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

	31.12.2017	
	Consolidado	Controladora
P & I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	3.308.600	3.308.600
Riscos operacionais e containers arrendados (*)	115.801	115.801
Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu)	537.648	537.648
Responsabilidade civil (operador portuário/logístico) (*)	82.715	82.715
Lucros cessantes	18.619	–
D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores)	70.000	70.000
Shipowners Liability (SOL)	16.543	16.543
Responsabilidade civil (operador portuário/logístico - empregador) (*)	3.309	3.309
Responsabilidade civil (operador portuário/logístico - danos morais) (*)	1.654	1.654
Seguro fiança judicial	28.205	22.508
Transporte - RCTR-C	3.000	3.000
Transporte - RCF-DC	3.000	3.000
Estagiários - Capital Uniforme*	17.000	17.000
Diretores - 20 vezes o salário limitado**	mínimo de R$ 831 mil e ao máximo de R$ 2.054	mínimo de R$ 783 mil e ao máximo de R$ 2.054 mil
Funcionários - 20 vezes o salário limitado**	mínimo de R$ 5 mil e ao máximo de R$ 420 mil	mínimo de R$ 5 mil e ao máximo de R$ 420 mil

*Para cada apólice de seguro, existe um limite único para os terminais. **As garantias de Morte e Morte Acidental se acumulam.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

24.1) Categoria de instrumentos financeiros:

	Consolidado		Controladora	
Ativos financeiros:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa e Depósitos retidos	65.176	61.370	59.894	54.107
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas	175.298	131.525	136.650	104.163
Contas a receber por alienação de direitos contratuais	17.758	131.010	17.758	131.010
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	51.655	155.123	51.655	155.123
Outros	1.824	13	1.316	–
	311.711	479.041	267.273	444.403
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	117.221	156.048	73.988	140.677
Partes relacionadas	–	–	41.078	27.271
Financiamentos e empréstimos	1.249.984	1.192.804	1.170.776	1.097.816
Obrigações com debêntures	20.122	42.543	20.122	42.543
Concessões portuárias a pagar	5.201	5.913	–	–
	1.392.528	1.397.308	1.305.964	1.308.307
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação *de swap*	–	94.326	94.326	94.326
	–	94.326	94.326	94.326
	1.392.528	1.491.634	1.400.290	1.402.633

Segue abaixo a abertura consolidada dos ativos e passivos financeiros por seu valor justo e contábil:

	Consolidado			
	31.12.2017		31.12.2016	
Empréstimos e recebíveis:	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa e Depósitos retidos	65.176	65.176	61.370	61.370
Contas a receber de clientes	175.298	175.298	131.525	131.525
Contas a receber de clientes por alienação de direitos contratuais	17.758	17.758	131.010	131.010
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	51.655	51.655	155.123	155.123
Outros	1.824	1.824	13	13
	311.711	311.711	479.041	479.041
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	117.221	117.221	156.048	156.048
Financiamentos e empréstimos	1.249.984	1.249.984	1.192.804	1.192.804
Obrigações com debêntures	20.122	20.122	42.543	42.543
Concessões portuárias a pagar	5.201	5.201	5.913	5.913
	1.392.528	1.392.528	1.397.308	1.397.308
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação *de swap*	–	–	94.326	94.326
	–	–	94.326	94.326
	1.392.528	1.392.528	1.491.634	1.491.634

24.2) Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes. A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P). No quadro a seguir, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 2017:

	Ratings	
Institução Financeira	Moody´s	S&P
Banco do Brasil	Ba3	BB
Banco Bradesco	Ba3	BB
Deutsche Bank	A3	A-
Itaú Unibanco	Ba3	BB
Banco Safra	Ba3	BB
Banco Santander	A3	A-
Pine	BB	B
Votorantim	Ba3	BB

24.3) Gestão de risco: Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle. a) Risco de mercado: A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: b) Risco cambial: A parcela dos financiamentos e operações de *swap* atrelados à moeda externa (Dólar), no montante de R$277.388 (R$381.202, em 2016), corresponde a 36,07% (29,6% em 2016) da dívida da Companhia; o efeito cambial decorrente é mínimo no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos. c) Risco de taxa de juros: Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros relacionada à variação da TJLP, cujo financiamento em 2017 é de R$450.916 (em 2016 é de R$462.160). A Companhia, em de 2017 e em 2016, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas. d) Análise de sensibilidade: Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos no exercício de 2017, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes: dólar 3,23, TJLP 6,75% a.a. e CDI 6,72% a.a..

	Consolidado	Controladora
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	27.693	27.693
• Juros	32.192	32.192
• Variação cambial	(4.499)	(4.499)
No resultado financeiro :	46.915	47.399
• Juros	49.556	44.758
• Variação cambial	(2.641)	2.641

e) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem. O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2017:

Consolidado

	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Forncedores	117.221	106.530	2.625	6.467	1.599	–
Financiamentos e empréstimos	1.249.984	5.878	11.756	52.900	740.621	438.829
Obrigações com debêntures	20.122	–	22.122	–	–	–
Concessões portuárias a pagar	5.201	61	183	490	3.670	797
	1.392.528	112.469	36.686	59.857	745.890	439.626

Controladora

	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	73.988	64.688	2.314	5.387	1.599	–
Partes relacionadas	41.078	24.968	–	–	16.110	–
Financiamentos e empréstimos	1.170.776	4.492	8.984	40.430	678.041	438.829
Obrigações com debêntures	22.122	–	22.122	–	–	–
	1.307.964	94.148	33.420	45.817	695.750	438.829

O quadro abaixo demonstra em detalhes o prazo de vencimento para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017:

Consolidado

	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 mese a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e bancos e Depósitos retidos	51.187	51.187	–	–	–	–
Aplicações financeiras	13.989	13.989	–	–	–	–
Contas a receber de clientes	158.549	118.850	33.657	6.042	–	–
	223.725	184.026	33.657	6.042	–	–

Controladora

	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 mese a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e bancos e Depósitos retidos	46.247	46.247	–	–	–	–
Aplicações financeiras	13.647	13.647	–	–	–	–
Contas a receber de clientes	110.082	74.694	30.165	5.223	–	–
Partes relacionadas	26.568	26.568	–	–	–	–
	196.544	161.156	30.165	5.223	–	–

f) Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral permanece inalterada desde 2016. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa) e o patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e participação de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 19). A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. g) Risco de crédito: As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através da análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. h) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 31 de dezembro de 2017 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que consideram julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: • Financiamentos, operações de *swap* e empréstimos - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08: A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário-básico projetado para o exercício de 2017 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário-base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para 31 de dezembro de 2017: dólar 3,23, TJLP 6,75%, e CDI 6,72% a.a. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2017 seriam os seguintes:

Consolidado

	Cenário-base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	27.693	76.780	125.866
• Juros	32.192	37.140	42.088
• Variação cambial	(4.499)	39.640	83.778
No resultado financeiro	46.915	84.173	121.400
• Juros	49.556	60.905	72.224
• Variação cambial	(2.641)	23.268	49.176

Controladora

	Cenário-base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	27.693	76.780	125.866
• Juros	32.192	37.140	42.088
• Variação cambial	(4.499)	39.640	83.778
No resultado financeiro	42.117	78.197	114.251
• Juros	44.758	54.929	65.075
• Variação cambial	(2.641)	23.268	49.176

24.4) Contratos de *Swap* - Proteção do empréstimo em Dólar com taxa em percentual do CDI: Contratos de *Swap* - com o objetivo de proteção à exposição cambial gerada pelo principal da Cédula de Crédito Bancária - Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62 (item d) da nota 13), a Companhia contratou em setembro de 2011 e em 30 de dezembro de 2014, operações de *swap* com pontas ativas em dólar (US$22,000 e US$6,000, de valor nocional, respectivamente), à taxa de 4,12% a.a. e de 4,65%, e passivas em CDI, às taxa de 112% e de 110,20%, com vencimento em 18 de agosto de 2015 e em 26 de novembro de 2019, respectivamente; (ii) em 23 de agosto de 2013, operação de swap com ponta ativa em dólar (US$12,000 de valor nocional), à taxa de 4,11% a.a., e passiva em CDI, à taxa de 119%, com vencimento para 23 de agosto de 2016; (iii) em 23 de dezembro de 2013, operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US$15,000 de valor nocional), à taxa de 4,0% a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 23 de dezembro de 2016; (iv) em 28 de janeiro de 2014, operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US$6,184 de valor nocional), à taxa de 4,15% a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 30 de janeiro de 2017; (v) em 16 de junho de 2014, operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US$30,000 de valor nocional) à taxa de 3,60 % a.a., e passiva em CDI, à taxa de 118,4%, com vencimento para 16 de junho de 2017; e (vi) em 6 de abril de 2015 e em 5 de junho de 2016, operacções de *swap* com ponta ativa em dólar (US$24,035 e US$23,668, de valor nocional, respectivamente), à taxa de 4,73 % a.a. e de 4,77 %., e passiva em CDI, à taxa de 122,0% e de 130%, com vencimento para 9 de abril de 2018 e em 3 de maio de 2021, respectivamente. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap*, em base líquida, caso necessário, e fará essas liquidações simultaneamente nos respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos. Dessa forma o instrumento financeiro e seus respectivos encargos foram considerados um único instrumento financeiro sintético e seus efeitos foram apresentados no balanço patrimonial e no resultado financeiro líquido da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que esses fluxos de caixa estavam expostos. O cálculo de valor de mercado desse instrumento financeiro considerava a dívida com encargos financeiros correspondente a uma taxa média de 129,9% do CDI, cujo efeito líquido nas despesas financeiras no exercício de 2017 foi de R$14.055 no consolidado e de R$14.055 na controladora (no exercício de 2016 foi de R$34.329 no Consolidado e de R$27.034 na Controladora). Todos os contratos de operação 4.131 *Swap* encontram-se liquidados (Nota 14, item d). O contrato em aberto de *swap* com vencimento em maio de 2021 celebrado com contraparte representada pelo Banco Santander (Brasil), liquidado em dezembro de 2017, e está assim composto:

Consolidado

	Valor principal				Valor justo		Perda/Ganho realizado	
Descrição	31.12. 2017	31.12. 2016	Índice	Taxa média	31.12. 2017	31.12. 2016	31.12. 2017	31.12. 2016
Contrato de *Swap Santander (1)*								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	–	79.366	US$	4,7%	–	82.869	–	–
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	–	94.049	CDI	122,0%	–	101.384	(14.055)	(9.030)

(1) As operações de "*swap*" financeiras consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Controladora

	Valor principal				Valor justo		Perda/Ganho realizado	
Descrição	31.12. 2017	31.12. 2016	Índice	Taxa média	31.12. 2017	31.12. 2016	31.12. 2017	31.12. 2016
Contrato de *Swap Santander (1)*								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	–	79.366	US$	4,7%	–	80.869	–	–
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	–	94.049	CDI	122,0%	–	101.384	(14.055)	(9.030)

(1) As operações de "*swap*" financeiras consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: Segue abaixo a reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida re gistrada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 2017 e em 2016:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional bruta	953.180	872.294	747.519	738.180
Receita de fretes:	744.317	687.769	694.323	687.769
Mercado interno	466.640	575.137	417.769	575.137
Mercado interno - reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienado	(23.063)	(152.516)	(23.063)	(152.516)
Mercado externo	300.740	265.148	299.617	265.148
Receita de serviços:	208.863	184.525	53.196	50.411
Mercado interno	81.521	66.657	38.126	29.451
Mercado externo	127.342	117.868	15.070	20.960
Impostos sobre vendas	(83.421)	(90.162)	(70.248)	(79.789)
Impostos sobre vendas - reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienado	2.413	11.899	2.413	11.899
	(81.008)	(78.263)	(67.835)	(67.890)
Receita operacional líquida	872.172	794.031	679.684	670.290

26. CUSTO DOS FRETES E SERVIÇOS: Os custos dos fretes e serviços prestados referentes aos exercícios findos em 2017 e em 2016 estão assim representados:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal e encargos	(59.454)	(78.379)	(30.652)	(53.571)
Benefícios	(17.414)	(23.449)	(8.120)	(15.338)
Material	(10.186)	(10.726)	(6.401)	(8.406)
Óleo combustível e gases	(55.194)	(65.641)	(52.708)	(63.918)
Afretamento, locações e arrendamento				
• com transportes granéis e containers	(76.224)	(108.195)	(27.809)	(95.048)
• com transportes veículos Mercosul	(205.909)	(143.439)	(205.909)	(143.439)
Serviços contratados	(275.426)	(335.768)	(245.301)	(306.049)
Custos de fretes e serviços reclassificados para resultado mensurado com ativos não circulante mantidos para venda	(970)	71.154	(970)	71.154
Depreciação e amortização	(45.967)	(71.879)	(25.463)	(49.983)
Depreciação e amortização-reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulante mantidos para venda	–	15.661	–	15.661
Outros	(50.406)	(47.380)	(27.755)	(36.138)
	(797.150)	(798.041)	(631.088)	(685.075)

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS RECONHECIDAS NA DEMONSTRRAÇÃO DO RESULTADO: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas (despesas) operacionais reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
Administrativas e comerciais - despesas:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal, encargos sociais e benefícios	(28.031)	(36.193)	(25.909)	(33.498)
Despesas de depreciação e amortização	(11.042)	(12.930)	(11.016)	(12.914)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(4.010)	(6.952)	(3.801)	(6.242)
Locações, consultoria, serviços públicos e marketing/comunicação	(8.514)	(13.071)	(7.954)	(12.350)
Serviços contratados e outros	(13.789)	(4.524)	(11.729)	(3.862)
Materiais de consumo	(284)	(290)	(284)	(290)
Provisões para despesas administrativas	–	(1.476)	–	(1.398)
Despesas administrativas reclassificadas para resultado mensurado com ativos não circulantes mantidos para venda	–	1.160	–	1.160
	(65.670)	(74.276)	(60.693)	(69.394)
Reversão (constituição) de provisões para contingências	(1.596)	(9.500)	(956)	(1.336)
Receita com subvenção-AFRMM aplicados	23.116	15.153	23.116	15.153
Parcela subvenção AFRMM reclassificada para resultado mensurado com ativos não circulantes mantidos para venda	(200)	(4.987)	(200)	(4.987)
	22.916	10.166	22.916	10.166
Provisão para perdas em contas a receber com construção naval	–	(30.431)	–	(30.431)
Provisão para despesas administrativas	(14.696)	737	(9.765)	737
Provisões para perdas estimadas com recebíveis	(6.094)	(17.466)	(4.703)	(704)
	(20.790)	(47.160)	(14.468)	(30.398)
Resultado líquido proveniente de alienação de ativos não circulantes (bens)	(32.665)	234.575	–	234.575
Recuperação de créditos fiscais	4.687	6.823	4.687	6.823
Outras receitas (despesas), líquido	(474)	1.226	(293)	(2.111)
Baixa de ativo fixo (investimentos em terminais portuários)	–	(22.787)	–	(22.309)
Reversão de provisão para "*impairment*"	–	22.029	–	22.029
	4.213	7.291	4.394	4.432
Participação nos lucros de controladas e coligada	–	–	(34.375)	(36.298)
	(93.592)	121.096	(83.182)	111.747

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	2.780	1.964	2.659	1.881
Ganhos com operações de swap	55.726	67.406	55.726	53.807
Juros incidentes sobre tributos a recuperar	5.859	–	5.859	–
Juros e comissões	764	437	745	404
Juros diferidos sobre alienação de bens	93	373	93	373
Outras	296	32	297	30
	65.518	70.212	65.379	56.495
Variações monetárias e cambiais	34.222	14.589	3.027	11.069
	99.740	84.801	68.406	67.564
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(110.332)	(94.610)	(99.533)	(86.252)
Encargos com operações de swap	(77.639)	(159.138)	(77.639)	(128.729)
Encargos com operações de debêntures	(1.601)	(1.298)	(1.601)	(1.298)
Encargos sobre empréstimos (mútuo) com partes relacionadas	–	–	(1.349)	(2.122)
e sobre liquidação de operações de *swap*	(4.732)	(17.437)	(3.994)	(15.935)
Encargos incidentes sobre obrigações tributárias	(5.515)	–	(4.767)	–
Juros de contingências (trabahistas, cíveis e fiscais)	(4.221)	(15.237)	(505)	(537)
Operações com derivativos de hedge bunker	–	(1.324)	–	(1.324)
Juros e comissões	(10.938)	(23.698)	(6.770)	(17.129)
Outras	(5.057)	(4.716)	(4.908)	(9.287)
	(220.035)	(317.458)	(201.066)	(262.613)
Variações monetárias e cambiais	(32.939)	203.554	(5.252)	198.720
	(252.974)	(113.904)	(206.318)	(63.893)
Resultado financeiro líquido	(153.234)	(29.103)	(137.912)	3.671
As variações monetárias e cambiais são assim representadas:				
Variações monetárias e cambiais ativas	34.222	14.589	3.027	11.069
Variações monetárias e cambiais passívas	(32.939)	203.554	(5.252)	(198.720)
	1.283	218.143	(2.225)	209.789

29. OUTRAS INFORMAÇÕES - RECUPERAÇÃO DE INDÉBITOS DE CONTRIBUIÇÕES PIS/CONFINS: A Companhia e sua controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A. vem realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange aos tributos PIS/COFINS sobre a incidência ou não sobre as receitas de serviços prestados por ambas para pessoas jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, tanto quanto os prestados diretamente e/ou os prestados indiretamente a essas pessoas jurídicas - Clientes - através de representantes e agentes das mesmas no país, para os últimos dez anos passíveis de recuperação. • De forma preventiva, e por meio de medidas judiciais (mandado de segurança e ação ordinária), a Companhia e sua controlada buscam a declaração da não incidência das contribuições para o PIS e a COFINS sobre os faturamentos (considerados como exportação de serviços) efetuados contra aquelas pessoas jurídicas residentes ou domiciliados no exterior, e pedido de declaração do direito de compensar o indébito gerado pelos pagamentos (recolhimentos) dos tributos efetuados nos últimos dez anos. • Em consequência das medidas judiciais implementadas (mandado de segurança), em 25 de agosto de 2015, o processo sobre as contribuições da Log-In foi encerrado, com o trânsito em julgado que acolheu a tese da Companhia; a controlada TVV obteve em decisão proferida em 22 de agosto de 2012, seguindo o entendimento majoritário dos tribunais, favorável aos contribuintes, o acolhimento pelo judiciário de seu pedido pelo reconhecimento da não incidência dessas referidas contribuições, permitindo ao mesmo recuperar os valores recolhidos nos períodos de dez (10) anos anteriores ao ajuizamento da ação, e está no aguardo da remessa dos recursos interpostos pela União Federal para análise e julgamento dos tribunais (STF e STJ). Após decisão acerca dos recursos, a Companhia e sua controlada farão jus à sistemática de compensação dos valores recolhidos no período posterior aos anos de 1994 (Log-In) e ao de 1998 (TVV), cujo levantamento inicial consolidado é estimado em cerca de R$77,8 milhões atualizados até 31 de dezembro de 2017 (R$74,9 milhões atualizados até 31 de dezembro de 2016.

30. EVENTO SUBSEQUENTE - REESCALONAMENTO DE DÍVIDAS COM O BNDES: A Companhia divugou ao mercado em 30 de janeiro de 2018 Fato Relevante, de reescalonamento de dívidas com o BNDES, em face de recebimento de confirmação da diretoria daquela instituição da acolhida de proposta de reescalonamento das dívidas da Log-In com aquele Banco, relativas aos navios em operação (Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá), bem como outras providências, no montante de R$254 milhões.

Marco Antônio Souza Cauduro - Diretor-Presidente e de RI

Cleber Cordeiro Lucas - Diretor
Mauricio Trompowsky Costa Ramos - Diretor

Ênio Stein Júnior - Diretor
Márcio Arany da Cruz Martins - Diretor

Joaquim Sanches Neto - Contador - CRC.RJ 035.481/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O Conselho Fiscal da Log-In - Logística Intermodal S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da LOG-IN, e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ante aos esclarecimentos prestados pela Diretoria da Cia., pelo representante da auditoria externa e, ainda com base no parecer dos Auditores Independentes, datado de 15 de março de 2018, sem ressalvas é de opinião que os referidos documentos examinados à luz da legislação societária vigente, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembléia Geral Ordinária da LOG-IN. Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

Nelson Mascarenhas Rezende - Presidente

Thiago Costa Jacinto - Conselheiro

Henrique Bredda - Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Log-In Logística Intermodal S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Log-In Logística Intermodal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Log-In Logística Intermodal S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada - Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Valor recuperável do ativo imobilizado em construção:** Conforme divulgado na Nota Explicativa 13, em 26 de junho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de embarcações anteriormente celebrado junto ao Estaleiro Ilha S.A. ("EISA"), levando ao reconhecimento de perda no montante de R$ 502.928, sendo este o valor contábil líquido das embarcações em construção junto ao EISA. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria em virtude da magnitude do montante relacionados as embarcações em construção. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i): a análise dos documentos relacionados a rescisão do contrato junto a EISA; (ii) a análise dos valores correlatos e os correspondentes registros contábeis e (iii) a análise da respectiva divulgação deste tema nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras da Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a estimativa de perda do valor recuperável do ativo imobilizado em construção, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valor recuperável do imposto de renda diferido ativo:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem imposto de renda diferido ativo, no montante de R$115.376 mil na controladora e R$138.880 mil no consolidado. A Companhia e suas controladas devem anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria em virtude das projeções de lucros tributáveis futuros incluirem julgamentos e estimativas subjetivas e de seus resultados poderem variar significativamente dependendo das hipóteses e premissas consideradas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os testes de auditoria realizados sobre a expectativa de realização do ativo fiscal diferido incluíram, entre outros, o uso de especialistas tributários e de avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos reconhecidos no balanço patrimonial e sua consequente realização. Nossas análises incluíram a revisão das premissas e julgamentos utilizados nestas projeções, bem como as sensibilidades das projeções de lucro tributável. Adicionalmente verificamos: (i) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; e (iii) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o valor recuperável do imposto de renda diferido ativo, consideramos que as estimativas de recuperabilidade divulgadas na Nota 10, bem como os valores registrados no ativo e suas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2018

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4